

ANEPAC

AREIA & BRITA

PRODUTOS DE AGREGADOS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ENTIDADES DE PRODUTORES DE AGREGADOS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL



■ AB Areias aposta no transporte ferroviário da areia

■ 13º Congresso Brasileiro de Mineração atrai 43.000 pessoas

■ Edison Lobão e Camillo Penna divergem sobre marcos regulatórios da mineração

BALANÇA PARA CAMINHÕES

A SOLUÇÃO IDEAL PARA PESAGEM DE AREIA



A Balança Rodoviária TOLEDO 820 MTX possui leitura precisa e rápida do peso, sem necessidade de nivelar a carga ou efetuar leituras manuais, que ocasionam erros, perdas e lentidão no processo de extração e venda de areia. Possibilita enviar informações ao computador para registrar as pesagens e gerar relatórios das vendas efetuadas. Comercializar sua produção através de peso traz segurança, agilidade e reduz o custo agregado ao produto.

TOLEDO
ALTA TECNOLOGIA EM PESAGEM

www.toledobrasil.com.br

LIGUE: 0800 55 41 22

EDITORIAL

São inquietantes as notícias propagadas pelo governo sobre a mudança do Código de Mineração vigente. Com a pomposa denominação de Marcos Regulatórios da Mineração, o que se pretende é aumentar a presença do Estado na atividade mineral, objetivo tão claro que foi manchete de primeira página da edição de 26 de outubro da Folha de São Paulo: “Plano amplia controle sobre a mineração”.

A mineração, ao contrário do setor energético, pouco dependeu da ação do Estado para desenvolver-se. Mesmo no auge das empresas estatais no setor mineral, a presença estatal sempre foi minoritária. Havia presença forte no carvão por razões meramente políticas. O carvão nacional é de qualidade ruim e, sem incentivo, ninguém o usaria. Além disso, era um insumo energético, pois era usado basicamente em termelétricas. Havia também presença importante em fertilizantes, também por fator político, pois o produto brasileiro não era competitivo com o importado. Deve-se ressaltar que o aproveitamento dos recursos minerais brasileiros das rochas fosfáticas só foi possível pelo desenvolvimento de tecnologia nacional conseguido por empresa privada (ex-Grupo Santista, atual Bunge) de enriquecimento do teor de P₂O₅ de 5% na rocha para 32%. A presença no minério de ferro com a CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) também era grande, mas deve ser lembrado que sua principal jazida, Carajás, foi descoberta por empresa privada, a extinta Companhia Meridional de Mineração, filial brasileira da Hanna, na época uma das principais produtoras mundiais de aço, também detentora dos direitos das reservas da Serra do Curral, em Nova Lima-MG.

O nacionalismo criou o mito de que mineração depende do Estado. É inegável que a criação da Vale e da Companhia Siderúrgica Nacional foram importantes para o desenvolvimento brasileiro, assim como foi a promulgação do Código de Minas, de 1934, e do Código de Mineração, de 1967. Estes últimos balizaram a mineração e incentivaram o investimento privado. O grosso do insumo mineral consumido pelas indústrias, agricultura e construção civil no Brasil sempre foi produzido por empresas privadas nacionais e estrangeiras, mesmo antes da privatização da Vale e das siderúrgicas estatais. A privatização mostrou quão inútil era a presença do Estado. As ex-estatais floresceram sem a sombra estatal que as sufocavam.

Para que serve então uma modificação radical da legislação mineral?

Pelo que se tem lido a respeito para aumentar a burocracia, o número de entidades que a controlam (o que possibilita a distribuição do poder político), a receita do Estado e a carga tributária sobre os produtores minerais.

A autorização de pesquisa anual não acaba com a “mineração de papel”, só aumenta o fluxo de papel dentro do órgão de controle. Hoje, com prazos de até três anos, um relatório final de pesquisa só é analisado muito tempo depois de entregue, ficando perdido por anos nos arquivos do DNPM. Então, uma área que ficava amarrada, digamos, 3+2 anos, vai ficar 10, 20, pois é a conta para cada renovação (1+2 anos) até o máximo de cinco renovações. Os mineradores de papel vão se esbaldar.

Nos leilões, quer se repetir a experiência com o petróleo. Leilão para minério de ferro, para areia, para argila, para água mineral, para tudo. Hoje, em editais de disponibilidade, já é difícil para a comissão decidir entre três ou quatro propostas. Por exemplo, em uma área de calcário, decide-se pelo projeto da mina ou pelo projeto industrial que está por trás (cimento, cal)? De minério de ferro, pelo projeto da mina, pelo projeto de exportação ou pelo projeto de siderurgia? Em princípio, só o projeto da mina deveria ser levado em conta.

Os exemplos de alvará anual e leilão indicam que vem mais burocracia. O Conselho Nacional de Política Mineral vai ser a Rainha da Inglaterra, como os vários conselhos que o atual governo criou. Certeza mesmo é o aumento da carga tributária.

“Queremos que a Cfem se torne uma política tributária”, teria dito à Folha o secretário do MME Cláudio Scliar. Há anos o MME nega que Cfem seja tributo. Chegamos à hora da verdade.

.....

Foi publicada a Resolução SMA nº 74/09. A Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo ignorou solenemente a Câmara Ambiental da Mineração que estudou a minuta. Como o governo federal, o estadual tem horror do setor produtivo. Produtor só é bom para pagar impostos.

DIRETORIA

PRESIDENTE

Eduardo Rodrigues Machado Luz

1º VICE-PRESIDENTE

Fabio Rassi

DIRETORES

Carlos Eduardo Pedrosa Auricchio

Pedro Antonio Reginato

Luiz Eulálio de Moraes Terra

Sérgio Pedreira de Oliveira Souza

Nilton Scapin

Carlos Toniolo

Ademir Matheus

Antero Saraiva Junior

José Luiz Machado

Fabio Luna Camargo Barros

Fauáz Abdu Hak

Marco Aurélio Eichstaedt

Rogério Moreira Vieira

Ednilson Artoli

CONSELHO CONSULTIVO

Reinaldo Renato Costa

Associação dos Mineradores de Areia e Saibro do Paraná - Amas/PR

Marco Aurélio Eichstaedt

Sindicato da Indústria de Extração de Pedreiras de Santa Catarina - Sindipedras/SC

Laerte Pereira

Associação das Indústrias Extrativas de Areia do Noroeste do Paraná - APA/PR

José Ovídio de Barros

Sindicato das Indústrias de Extração de Areia do Estado de São Paulo - Sindareia/SP

Fauáz Abdul Hak

Associação Paranaense dos Beneficiadores de Material Pétreo - Pedrapar

José Carlos Beckhauser

Sindicato da Indústria de Extração de Areia de Santa Catarina - Sieasco/SC

Walter Fichtner

Associação Gaúcha dos Produtores de Brita, Areia e Saibro - Agabritas/RS

Joaquim Ronaldo Pontes

Sindicato das Indústrias de Extração e Beneficiamento de Rochas para Britagem no Estado do Ceará - Sindibrita/CE

Loreto Zanotto

Sindicato da Indústria de Extração de Pedra e Areia de Vitória/ES

Moacyr Rabello

Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras do Estado de Goiás, Tocantins e Distrito

Federal - Sindibrita/GO, TO e DF

Antonio Luis Fraga Limoeiro

Sindicato da Indústria de Mineração de Pedra Britada do Estado Bahia - Sindibrita/BA

Tasso de Toledo Pinheiro

Sindicato da Indústria de Mineração de Pedra Britada do Estado de São Paulo -

Sindipedras/SP

Editada pela: EMC - Editores Associados Ltda.

Av. Prestes Maia, 241 - 35º andar - Conj. 3520

01031-902 - Santa Ifigênia - São Paulo - SP

Tel.: 11 3228 9290

Jornalista Responsável: Emanuel Mateus de Castro

Editoração: Wilson Santos - 11 9231 2253

Impressão: Copypress

Contatos Publicitários: Tel/Fax: (11) 3171-0159

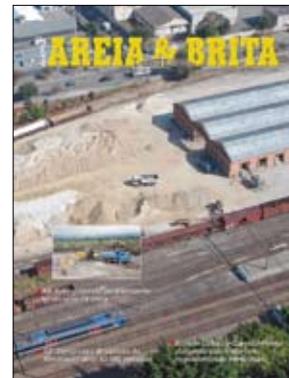
Revista de âmbito nacional de 5.000 exemplares, é dirigida às empresas de mineração de areia e brita do país, principais prefeituras municipais, governos estaduais construtoras e outros segmentos que tenham direta ou indiretamente vinculação com o setor de agregados para a indústria da construção civil. As matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores, não refletindo, necessariamente, a Opinião da ANEPAC.

Sua reprodução é livre em qualquer outro veículo de comunicação, desde que citada a fonte.

SÓCIO PARTICIPATIVO

Toledo do Brasil Indústria de Balanças LTDA.

SUMÁRIO



REPORTAGEM 06

GRUPO AB AREIAS FAZ DA LOGÍSTICA DE TRANSPORTE SEU DIFERENCIAL

ARTIGO 17 AUTOMAÇÃO

REPORTAGEM 19

13º CONGRESSO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO E EXPOSI-BRAM 2009 REÚNEM 43 MIL PESSOAS

ENTREVISTAS 25

CARLOS EDUARDO PEDROSA AURICCHIO
JOSÉ OVÍDIO DE BARROS

REPORTAGEM 28

SOTREQ E CATERPILLAR RECEBEM ASSOCIADOS DA ANEPAC

REPORTAGEM 32

SOMAR COMPLETA 25 ANOS E GARANTE PODER SUPRIR BOOM NA CONSTRUÇÃO CIVIL

NOTÍCIAS 34

REPORTAGEM 40

PALESTRAS GERALDO ALCKMIN E FERNANDO COLLOR

EMPRESAS MANTENEDORAS:

AURICCHIO BARROS EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E PEDRA LTDA • ARATU MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA • ARO MINERAÇÃO LTDA • BASALTO PEDREIRA E PAVIMENTAÇÃO LTDA • BRITA BRASILIA LTDA • CIPLAN-CIMENTO PLANALTO S/A • CIVIL INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA • CONSTRUTORA ESTRUTURAL LTDA • EMBU S/A ENGENHARIA E COMÉRCIO • EMPRESA DE MINERAÇÃO FIORI DO TABUÃO • GRANORTE GRANDE NORTE MINERAÇÃO S/A • HOLCIM (BRASIL) S/A • IBRATA MINERAÇÃO • INTERVALES MINÉRIOS LTDA • ITAQUAREIA EXTR. DE MINÉRIOS LTDA • LAFARGE BRASIL S/A • MARC CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA • MINERADORA PEDRIX LTDA • OURO PRETO MINERAÇÃO LTDA • PEDREIRA CENTRAL LTDA • PEDREIRA GUARANY LTDA • PEDREIRA ITAITINGA LTDA • PEDREIRA IZAIRA • PEDREIRAS PARAFUSO LTDA • PEDREIRA SANTA ISABEL LTDA • PEDREIRA SARGON LTDA • PEDREIRAS BRASÍLIA • PEDREIRAS VALÉRIA S/A • PORTO DE AREIA TUBARÃO LTDA • RYDIEN MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA • SAIBRITA MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA • SARPAV MINERADORA LTDA • SBC - SERVIÇO BRASILEIRO DE CONSTRUÇÃO LTDA • SERVENG-CIVILSAN • SMARJA SOCIEDADE MINERADORES AREIA DO RIO JACUÍ/RS • SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA • TAVARES PINHEIRO INDUSTRIAL LTDA • VITERBO MACHADO LUZ MINERAÇÃO LTDA • VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL LTDA



CARREGADEIRA 966H

SUA PEDREIRA COM ALTA PRODUÇÃO.

Por sua versatilidade, a 966H é ideal para ser usada em todos os seus processos de produção, principalmente no despacho de carretas no pátio e no desagregamento e carregamento de rochas. Sua força, tecnologia e robustez, garantem uma maior produtividade e confiabilidade.

SAC: 0800 0220080
www.gruposotreq.com.br

Sotreq



GRUPO AB AREIAS FAZ DA LO SEU DIFERENCIAL



Vista aérea do Terminal Mooca

Com a implantação de mais dois terminais ferroviários para transporte de areia para construção, o Grupo AB Areias aumenta sua presença no mercado paulista de materiais de construção. A inauguração recente do Terminal de Descarga de Presidente Altino, no município de Osasco, Região Metropolitana de São Paulo, para trazer areia produzida na região de Bofete e carregada no Terminal de Carga de Botucatu, mostra a disposição da AB Areias em fazer do transporte ferroviário de areia seu maior trunfo para atingir o maior mercado brasileiro, a Grande São Paulo.

A estratégia da AB Areias se manifestou já no início da atividade da empresa. A primeira empresa do Grupo foi Auricchio



Carregamento dos vagões no Terminal Curuputuba, em Pindamonhangaba

GÍSTICA DE TRANSPORTE



Carregadeira trabalha na cava seca da mina de Roseira

Barros Extração e Comércio de Areia e Pedra Ltda., cujas letras iniciais dos dois primeiros nomes deram origem à marca do Grupo AB, que começou em 1991 a exploração da sua primeira mina no leito do rio Paraibuna, município de Paraibuna, Vale do Paraíba, hoje já desativada. Em 1994, foi aberta a segunda empresa Cristina Extração e Comércio de Areia e

Pedra Ltda, que iniciou a segunda mina do Grupo, no município de Cachoeira Paulista, no leito do Rio Paraíba do Sul.

Como o mercado primordial dos mineradores de areia do Vale do Paraíba paulista sempre foi o da Região Metropolitana de São Paulo e como Cachoeira Paulista se localiza a 210 km da capital paulista, competir com produtores lo-

calizados em municípios como Jacareí, São José dos Campos ou Taubaté, com menores distâncias de transporte para o mercado da Grande São Paulo, requeria uma opção ousada.

Foi então que se decidiu pelo transporte ferroviário como opção para um custo de transporte menos oneroso que o transporte rodoviário e pela obtenção de um preço final mais competitivo da areia. Ainda em 1994, foram implantados o Terminal de Carga de Cruzeiro, município vizinho a Cachoeira Paulista, e o Terminal de Descarga de Santo André, na Região Metropolitana.

Para que o transporte ferroviário seja viável é preciso garantir grandes volumes de transporte e constância. Não interessa para a concessionária da ferrovia pequenos volumes ou transporte eventual. A concessionária disponibiliza um número de vagões que lhe assegurem rentabilida-



Frota de caminhões do Grupo AB Areias

de e o contratado vai pagar por eles mesmo que não os utilize.

Para garantir volume e constância, o Grupo inicia em 1995 a extração de areia em leito do Rio Paraíba do Sul, no município de Roseira, com a empresa Roseira Extração e Comércio de Areia e Pedra Ltda. e, em 1996, a produção de areia em cava submersa na mina situada no município de Pindamonhangaba, com a empresa Auricchio Barros Extração e Comércio de Areia e Pedra Ltda.

Em 1996, iniciaram-se as obras de construção do Terminal Ferroviário de Coruputuba, em Pindamonhangaba, para o embarque da areia produzida em Pindamonhangaba e Roseira. Para atender ao crescimento do volume do minério desembarcado na Grande São Paulo, a AB Areias inicia as obras de ampliação do terminal ferroviário de Santo André em 1998. Em 2003, para consolidar-se no mercado, foram implantados os Terminais Ferroviários da Mooca e de Jundiaí. Em 2007, é iniciada a lavra de areia em cava na jazida de Roseira.

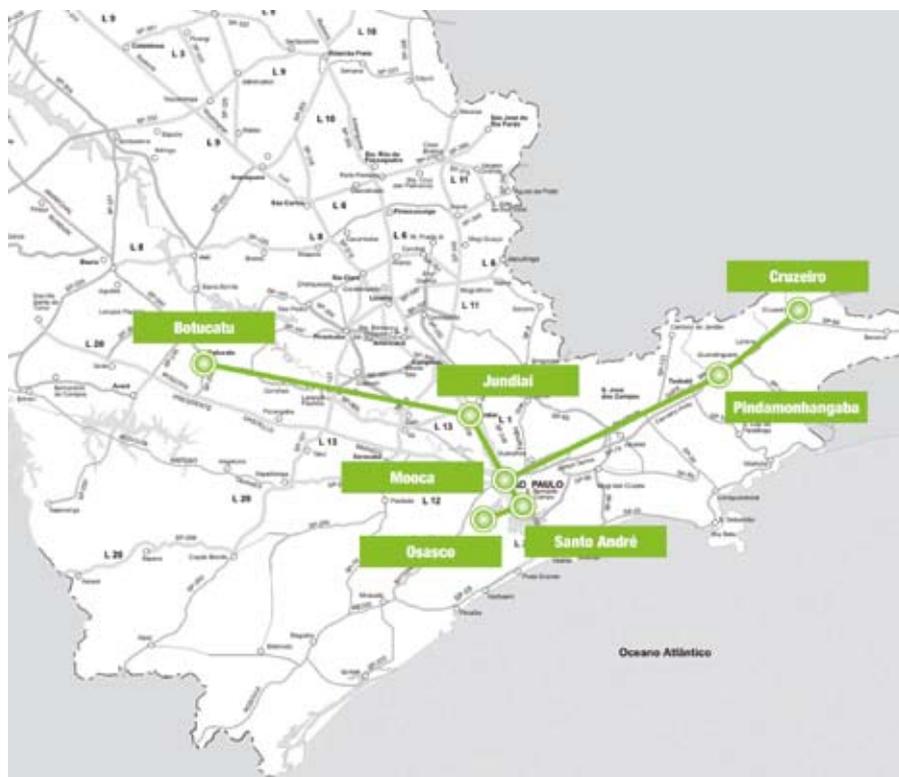
A opção ferroviária

O transporte ferroviário de carga a granel é uma opção lógica para produtos como a areia. Entretanto, por muito tempo, poucos investimentos eram feitos nas ferrovias que eram controlados pelo poder público. Somente com a privatização da malha ferroviária é que novos e grandes investimentos começaram a ser feitos.

Ao optar por transporte ferroviário ainda em 1994, quando a malha ainda pertencia à Rede Ferroviária Federal que se encontrava em processo de privatização, a AB Areias mostrou uma grande dose de ousadia. Era uma aposta alta



Carlos Eduardo Pedrosa Auricchio



Terminais Ferroviários

para uma empresa nova que atuava em um ramo de negócios pouco prestigiado e com segurança jurídica precária para seus ativos, as jazidas de areia.

Somente uma crença obstinada no futuro da empresa fez com que a AB Areias levasse adiante sua estratégia de logística. Os investimentos para estabelecer um terminal de carga como o de Coruputuba,

que tem uma área de 50 mil metros quadrados, estabelecendo ali a linha férrea e todas as construções necessárias para seu funcionamento, são vultosos. Além disso, é necessário reservar os vagões junto à concessionária, que atualmente é a MRS Logística SA, através de contrato de longo prazo e garantia de constância no uso.



Vagões no carregamento de areia em Curuputuba



Hoje, a AB Areias conta com sete terminais de carga e descarga de areia. Terminais de carga: Cruzeiro, Pindamonhangaba e Botucatu. Terminais de descarga: Santo André, Mooca, Jundiaí e Osasco.

O grupo tem a sua disposição 80 vagões com capacidade para 68 toneladas de carga entre Pindamonhangaba e São Paulo. Cada composição sai com 40 vagões. Enquanto uma composição é descarregada em Santo André e na Mooca, outra composição é carregada em Coruputuba. Do mesmo modo, para o trajeto Botucatu-Osasco, o grupo iniciou o contrato com a ALL – América Latina Logística SA, com 24 vagões de 60 toneladas.

Ganho ambiental da opção ferroviária

A quase totalidade da areia para construção civil no Estado de São Paulo é transportada por caminhões. Caminhões de todos os tipos e idades percorrem as estradas paulistas partindo das minerações de areia e levando areia para depósitos de construção civil, empresas construtoras e particulares. São milhares de viagens por dia feitas por frotas das próprias empresas mineradoras, de empresas de construção, de empresas de transporte e, principalmente, de proprietários individuais de caminhões.

Como consequência dessas viagens, o tráfego é intenso nas rotas que trazem areia para o principal centro consumidor do Estado, a Grande São Paulo. Muitos desses veículos não respeitam o limite de carga estabelecido, trazendo desgaste maior para o pavimento das rodovias, além de outros problemas ligados ao transporte sem controle, como acidentes. Muitas empresas mineradoras reclamam ainda do sistema que faz com que o encargo das multas por excesso de carga dos transportadores particulares recaia sobre as minerações.



Carregadeira na lavra de areia em Roseira

Além de todos os problemas trazidos pela opção rodoviária de transporte, uma das principais consequências é sempre negligenciada, a do dano ambiental trazido pela emissão dos gases de combustão e de particulados.

A opção ferroviária, além do ganho de escala, traz o benefício da redução da emissão feita pelos caminhões. Cada vagão do comboio ferroviário substitui três ou mais caminhões. No transporte entre Pindamonhangaba e São Paulo, cada composição substitui, no mínimo, 120 viagens de caminhões. Evidentemente, nem todo transporte rodoviário da areia pode ser substituído pelo ferroviário. Para distâncias curtas, o rodoviário é imbatível. Também o é em entregas pontuais.

Deve ser levado em conta também o mercado a ser abastecido. Na Grande São Paulo, as minas de areia existentes não atendem a demanda. Também, é difícil a implantação de novas minas na região metropolitana, seja porque os recursos que existiam foram esterilizados pela urbanização, seja porque competir com outros tipos de uso de solo não é compensador, seja por dificuldade de obter as autorizações necessárias. Em mercados com potencial de ser abastecido por produção local, não há sentido econômico transportar areia por centenas de quilômetros, seja por via ferroviário, seja por outro meio.

De qualquer forma, a existência de grupos econômicos como a AB Areias



Comboio carregado de areia no Terminal Curuputuba

que buscam soluções engenhosas para competir em um mercado como o da Grande São Paulo é alentador.

Segurança jurídica

Entretanto, para que isso seja possível, há a necessidade da segurança jurídica das lavras e a melhoria do sistema de emissão de licenças ambientais, já que contratos que as concessionárias de ferrovias fazem, exigem volumes compensadores para a operação e constância na movimentação de cargas.

A AB Areias foi ousada em 1994 ao buscar a alternativa ferroviária quando a maioria das lavras da região do Vale do Paraíba tinha a segurança jurídica ameaçada. Somente a partir de 1996, com a pressão das empresas e do Sindareia, as esferas estadual e federal responsáveis pelo licenciamento juntaram esforços para a regularização das minerações de areia (ver matéria no nº 10 de Areia & Brita). Até o ano 2000, a maioria das pendências estava solucionada ou a solução encaminhada. Hoje, o maior problema para os produtores minerais do Estado de São Paulo está na morosidade do licenciamento ambiental.

Carlos Eduardo Pedrosa Auricchio, diretor-presidente do Grupo AB Areias, comenta o processo burocrático da Secretaria do Meio Ambiente. “A lavra das concessões de areia no Vale do Paraíba é feita em módulos, ou seja, a empresa divide a concessão em módulos de, digamos, 20 hectares. Uma vez esgotada a reserva de um módulo, esta passa para o estágio de área em recuperação, enquanto novo módulo passa a ser lavrado. Para cada módulo busca-se uma Licença de Operação. O problema é que a empresa protocola o pedido da Licença de Operação de um novo módulo e sua liberação leva seis meses ou mais. Então, não é incomum uma empresa ficar descoberto durante certo período, isto é, sem licença de operação. Ora, a empresa fez investimentos, tem contratos de fornecimento, tem responsabilidade para com seus funcionários. Ela não pode simplesmente parar e ficar esperando pela licença”.

Auricchio almeja uma solução para isso. “Se o histórico da empresa é bom, cumpre as exigências dos órgãos de con-

trole ambiental, porque não se libera a Licença de Operação rapidamente?”, questiona. “Hoje, há formas expeditas de verificar se a empresa vem procedendo de forma adequada. Além disso, há a história do comportamento ambiental da empresa não só naquele local, mas em todas as áreas onde trabalha ou trabalhou. Se não existe nenhum problema com a empresa, porque seguir todo um procedimento burocrático longo e sem sentido?”

Auricchio acredita que as empresas, tendo segurança jurídica de que as licenças não serão empecilho, vão ter mais confiança para fazer investimentos de longo prazo. “Qualquer possibilidade de risco de ficar irregular por problemas de atraso na liberação de licenças essenciais para a atividade da empresa inibe o investimento produtivo.”

Mina de Roseira

A mina situada no município de Roseira-SP teve seu processo de licenciamento iniciado em 1996 e somente em 2005 as concessões de lavra foram publicadas e em 2006 a empresa obteve

a Licença de Operação da jazida. Esta mina foi iniciada pela empresa Roseira Extração e Comércio de Areia e Pedra Ltda. e engloba quatro concessões de lavra. Originalmente, o método de extração adotado era o da cava submersa, sendo a areia desmontada e extraída por dragas de sucção. A partir de 2007, com inovação e pioneirismo tecnológico, o método tradicional de extração em cava submersa foi substituído pelo método misto com extração de areia em cava seca e lavagem do minério em cava submersa. Este novo método permitiu uma eficiência na extração de quase 100%.

Nesse método, inicia-se a cava de modo tradicional. Quando a cava chega a ocupar uma determinada área, módulos secos são abertos, com o bombeamento da água e a estabilização do lenço freático. A partir daí, a escavação passa a ser mecânica com a utilização de escavadeira hidráulica que carrega o minério diretamente nos caminhões basculantes. Os caminhões levam o minério e o descarregam junto à cava de lavagem. O minério



Aspectos da lavra e beneficiamento de areia em Roseira

é então trabalhado por uma draga estacionária que bombeia a areia para peneiras fixas que fazem a classificação. A areia classificada é então armazenada em silos e em pátios para ser desaguada e seca, de onde são carregados em caminhões que levam a areia para os clientes ou para o Terminal de Carga de Curuputuba.

Carlos Auricchio disse que a adoção do método da cava seca permite melhor aproveitamento da jazida de areia e melhor seletividade. A próxima meta, segundo Auricchio, é melhorar o beneficiamento da areia com a adoção de peneiras vibratórias. “Estamos estudando a melhor forma de fazer isso, se a adoção de unidades móveis ou manter unidades fixas. Unidades móveis permitiriam a redução do transporte interno, mas implica em ter um terreno mais estável para permitir a movimentação das unidades móveis.”

Os equipamentos de lavra usados na mina são: um caminhão articulado VOLVO A30; duas escavadeiras HYUNDAI 320 LC-7; uma escavadeira Caterpillar 320C; uma escavadeira CASE CX 220; dois tratores esteira CATERPILLAR D4 e D6; duas pás carregadeiras CASE 821E; uma motoniveladora; quatro caminhões FORD 2628; um comboio; seis dragas de sucção; cinco classificadores

Mina de Pindamonhangaba

Em 1997, foi iniciada a lavra em cava no município de Pindamonhangaba através da empresa Auricchio Barros Extração e Comércio de Areia e Pedra Ltda. O método de lavra adotado é o de cava submersa com uso de dragas de sucção. São cinco cavas localizadas em uma área de concessão de lavra e duas áreas de Registro de Licenciamento. O minério dragado é enviado por meio de tubulações para classificação por peneiras fixas e a areia é armazenada em silos e em pilhas onde é desaguada e seca. A areia é carregada por meio de pás-carregadeiras em caminhões para ser enviada a clientes ou ao Terminal de Curuputuba.

Os equipamentos usados na mina são: três dragas de sucção; dois barcos transportadores de areia; um rebocador; dezoito silos de armazenagem; uma pá carregadeira CATERPILLAR 938G

Terminal ferroviário de Curuputuba

O Terminal de Curuputuba, no município de Pindamonhangaba-SP, tem uma área de 50.000 m². A areia trazida das minas Roseira e Pindamonhangaba é depositada em pilhas. Pás-carregadeiras sobre pneus retomam a areia das pilhas e carregam os vagões com 68 toneladas de capacidade. Quando 40 vagões estão carregados, o comboio parte para São Paulo, com destino aos Terminais de descarga de Santo André e Mooca.

Os equipamentos usados no terminal são: uma pá carregadeira HYUNDAI

760; uma balança de expedição TOLEDO de 80 toneladas

Terminal ferroviário de Santo André

O Terminal de Santo André foi implantado em 1994 para receber a areia vinda das minas de Cachoeiro Paulista. Em 1998, foi ampliado para poder receber também a areia embarcado no Terminal de Curuputuba.

Para descarregar a areia o vagão é separado do comboio e levado empurrado por uma pá-carregadeira para a área de descarga. A areia é descarregada por



Lavra de areia em Pindamonhangaba e áreas recuperadas e revegetadas

gravidade por portas laterais e pás-carregadeiras retiram a areia descarregada e a colocam em pilhas de onde a areia é depois retomada e carregada em caminhões para ser enviada para clientes.

O terminal atende preferencialmente o mercado do ABCDM paulista e a Zona Sul do município de São Paulo. As obras do Trecho Sul do Rodoanel recebem atualmente boa parte da areia descarregada no terminal. As obras do Trecho Leste a serem iniciadas brevemente devem manter alta a demanda, segundo o supervisor de vendas da AB Areias, Luciano Alves Rahal.

O Terminal de Santo André acomoda parte da área administrativa da empresa.

Os equipamentos do terminal são: duas pás carregadeiras CASE 621; uma balança de expedição TOLEDO para 80 toneladas; caminhões toco, truck e carretas.

Terminal da Mooca

Para consolidar sua posição no mercado de areia da Grande São Paulo, a AB Areias iniciou em 2003 a implantação do Terminal da Mooca. Ele ocupa hoje uma área de 10.000 m² onde, além da infraestrutura de descarga e



Pá-carregadeira no descarregamento de areia no Terminal Mooca

expedição de areia, está implantada uma unidade de produção de produtos ensacados.

Os procedimentos de descarga são os mesmos do Terminal de Santo André. Segundo Luciano Rahal, o terminal recebe hoje a maior parte da areia proveniente do Vale do Paraíba. Ainda

segundo Luciano, estão sendo planejadas melhorias na infraestrutura local para atender às crescentes necessidades, sendo que recentemente foi implantada uma balança de expedição.

A unidade de ensacamento trabalha não somente com a areia. São também ensacados pedra britada, tijolos e argila expandida. Pedra britada, tijolos e argila expandida são adquiridos de terceiros. A areia é acondicionada em sacos de 20 kg. Além da marca AB Areias, a unidade ensaca produtos com marcas próprias de supermercados de construção. Hoje, 10% da areia desembarcada são ensacados. Luciano Rahal acredita no potencial do mercado de areia ensacada devido à dificuldade de tráfego e manuseio de pro-



Luciano Alves Rahal



Areia ensacada



Máquinas ensacadoras



Galpão de ensacamento

dutos a granel em áreas com restrição de circulação de caminhões em algumas regiões dos centros urbanos.

São clientes dos produtos ensacados redes de Home Centers, como a Leroy Merlin, Telhanorte, C&C e Di-Cico, e construtoras como a Gafisa e Lúcio Engenharia.

A areia a granel é vendida para construtoras e depósitos de materiais de construção.

Os equipamentos do terminal são: duas pás carregadeiras CASE 621; uma balança de expedição TOLEDO para 80 toneladas; duas empilhadeiras HYSTER; máquina de ensacar.

Terminal de Botucatu

O Terminal de Botucatu foi implantado em 2005 e iniciou sua operação em 2009 para embarcar areia produzida na região de Bofete. Atualmente, composições de 24 vagões são carregadas com areia com o uso de pá carregadeira e seguem para o Terminal Presidente Altino em linha operada pela concessionária ALL – América Latina Logística SA.

O equipamento do terminal é uma pá carregadeira CATERPILLAR 950.

Terminal de Osasco

O Terminal de Presidente Altino, no bairro do Jaguaré, em Osasco, é o mais novo terminal do Grupo. Criado para receber a areia de Bofete, atende preferencialmente as empresas produtoras de concreto. O procedimento de descarga é o mesmo encontrado nos outros terminais da Grande São Paulo.

O equipamento do terminal é uma pá carregadeira CATERPILLAR 938G.

Terminal de Jundiaí

O Terminal de Jundiaí foi implantado em 2003 para receber areia do Vale do Paraíba para atender o mercado da região de Campinas. Atualmente está sendo desenvolvido um projeto junto à concessionária para otimizar a operação desse terminal.



Área recuperada e revegetada

Terminal de Cruzeiro

O Terminal de Cruzeiro foi o primeiro terminal operado pelo Grupo. Implantado em 1994, serviu para carregar a areia produzida no município de Cachoeiro Paulista. Atualmente, está desativado, mas deverá receber areia a ser produzida em minas em projeto no fundo do Vale do Paraíba.

O mercado atendido

Além da logística ferroviária implantada que serve principalmente a

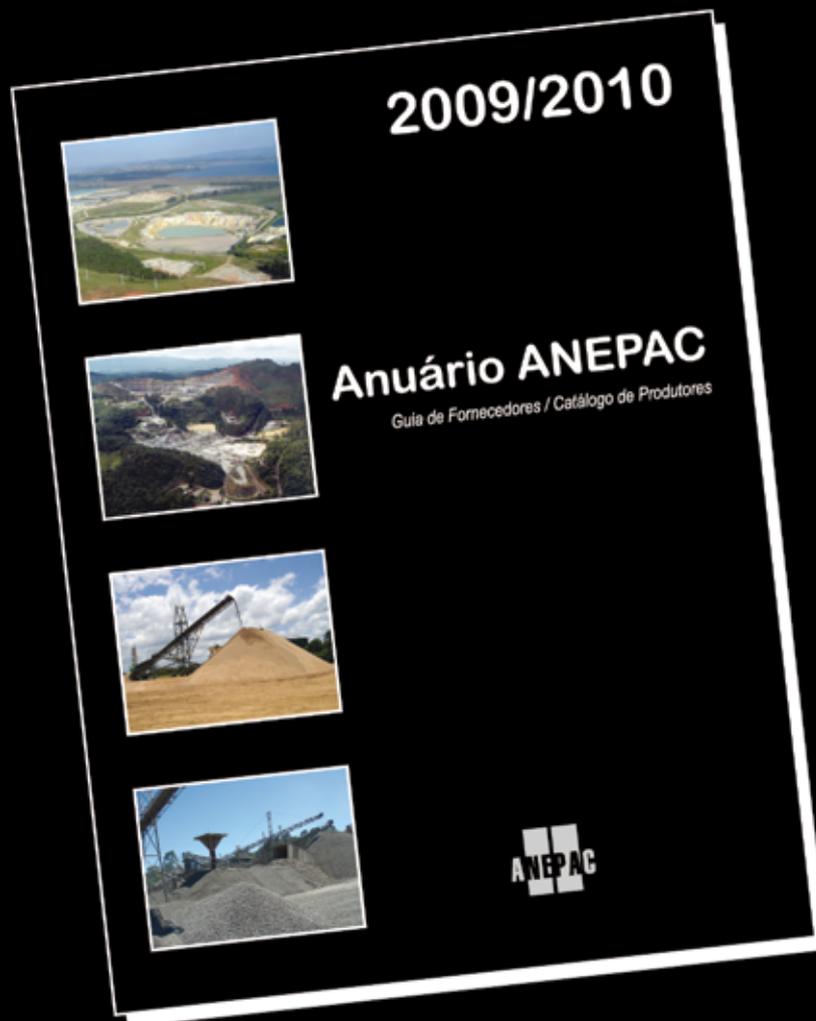
região da Grande São Paulo, o Grupo AB Areias conta com frota de caminhões que permite atender o mercado do Vale do Paraíba paulista e do Litoral Norte paulista. Seu mercado estende-se até o Estado do Rio de Janeiro, onde atualmente fornece areia para obra de uma hidrelétrica no Rio Paraíba do Sul que está sendo construída pela Alsa.

Sua logística rodoviária de entrega de areia é composta por caminhões próprios e de terceiros.



Escolares visitam mina de areia

Anuário ANEPAC



**Não perca a oportunidade de colocar
sua Empresa na maior Vitrine
do Mercado de Agregados.**

**Tiragem 10.000 mil exemplares
Distribuição Nacional**

**Carla Kós Duboc
11 9723-2506
carlakosduboc@gmail.com**

**ANEPAC: Rua Itapeva, 378 – CJ. 131
01332-000 - Cerqueira César - São Paulo-SP**

**Cátia Kós Kassawara
11 9504-1529
11 2275-4717**

Reserve o seu espaço e garanta uma grande visibilidade no ANUÁRIO ANEPAC DE AGREGADOS 2009/2010.

Através de um anúncio a sua empresa participará do maior negócio de mineração do país.

Caso queira receber uma proposta ou uma visita, ficamos a sua disposição para informações adicionais.

Publicidade



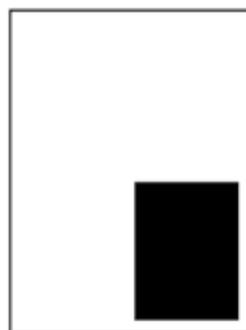
1/1 Pág
(21 x 28 cm)



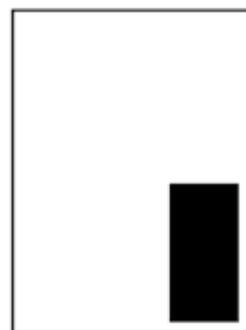
1/2 Pág
(14 x 21 cm)



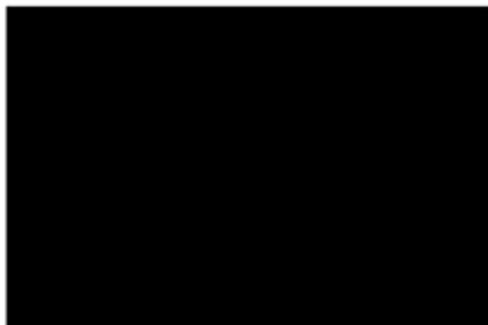
1/3 Pág
(18 x 8,5 cm)



1/4 Pág
(9 x 12 cm)



1/6 Pág
(6 x 12 cm)



Pág Dupla
(42 x 28 cm)

Formato: arquivo digital: CD, DVD, no formato *.tiff ou *.jpeg, em 300 dpi de resolução, convertido em CMYK.

Responsabilidade Ambiental

A AB Areias sempre teve como preocupação o conceito de mineração com responsabilidade ambiental. Para isso estabelece parâmetros para a melhoria constante de seus processos e, assim, reduzir o impacto ambiental. As áreas mineradas estão sendo reflorestadas e hoje alcançam mais de 200 mil mudas plantadas. Mais da metade das espécies são nativas da região, alcançando o plantio auto-sustentável em cerca de 50% das áreas recuperadas.



possui um tipo de vegetação diferente de acordo com o clima, o solo, entre outras. Os frutos do reflorestamento serão colhidos pelas gerações futuras que poderão usufruir das áreas totalmente recuperadas.

Responsabilidade social.

A AB Areias trata as questões sociais com muita seriedade e trabalha arduamente em seus projetos com o intuito de formar cidadãos bem preparados e educados. São vários trabalhos sociais encabeçados

pela empresa dentro do “Programa AB Areias Ajudando a Construir um Futuro

versos eventos dentro desta parceria, como o “Dia Solidário AB Areias”, que contou com adesão voluntária de mais de 100 funcionários do Grupo que contribuíram com mão de obra para reforma e manutenção das dependências do Instituto Pandavas.

A educação técnica e ambiental também não é negligenciada. A área de mineração é aberta para escolas no “Projeto Cidadão do Futuro”; nas visitas, as crianças são orientadas sobre o processo de mineração, conhecem e participam do trabalho de reflorestamento da AB Areias, e recebem orientação sobre práticas sustentáveis para que possam entender a importância de preservar a natureza.



Escolares em visita a mina de areia

O trabalho de reflorestamento da AB Areias inclui o monitoramento de áreas plantadas, que já atingem mais de 300.000 m², tudo de acordo com as normas ambientais e aprovado por todos órgãos de fiscalização. Há também a preocupação com a variedade de espécies plantadas, obedecendo a regionalidade, pois cada região do país

ro Melhor”. Um deles é o “Projeto Parceria com o Instituto Pandavas”, este Instituto constitui-se numa escola de Educação Infantil e Fundamental localizada na zona rural de Monteiro Lobato, no interior de São Paulo, que atende mais de 150 crianças e jovens. O Grupo AB Areias é parceiro mantenedor desta instituição de ensino e desenvolve di-

Empresas do Grupo AB Areias

Mineração:

- Auricchio Barros Extração e Comércio de Areia e Pedra Ltda.
- Roseira Extração e Comércio de Areias e Pedra Ltda.
- Cristina Extração e Comércio de Areia e Pedra Ltda.

Logística e serviços ferroviários:

- AB Operadora de Terminais Ltda.

Projetos e serviços ambientais:

- AB Soluções Ambientais Ltda.

Agronegócio:

- AB Vet – Comércio de Produtos Veterinários Ltda., e
- Fazenda São Dimas.

AUTOMAÇÃO

Claudio Neves*

O que é Automação? Para que serve? Quais são seus benefícios? Porque utilizá-la? Essas são as dúvidas mais frequentes dos fabricantes e seus projetistas na fase de criação de qualquer equipamento ou processo de produção. Muitos buscam de maneira incansável uma idéia ou projeto para otimizar a produção de seus processos, focando o aumento de produtividade com menor custo e ou menor desperdício possível.

Atingir a máxima eficiência de suas criações é sem dúvida alguma o maior desafio desses projetistas, além de promover maior conforto, e principalmente segurança na operação de suas máquinas. Diminuir a emissão de resíduos, reduzir o esforço e interferência humana sobre o processo também são outros grandes benefícios gerados pela automação.

Automação em si é a aplicação de técnicas, softwares e/ou equipamentos específicos que na maioria das vezes substituem tarefas humanas, principalmente aquelas de difícil acesso e falta de segurança.

Os componentes de um sistema de automação evoluíram constantemente com o decorrer dos anos, desde os primeiros sistemas baseados em controle automático, pneumático e mecanizado até os sistemas baseados nas tecnologias atuais como a microeletrônica aliados a interfaces de visualização gráfica para operação.

Entre os dispositivos eletro-eletrônicos que podem ser aplicados na automação estão os computadores e/ou outros dispositivos processadores capazes de efetuar operações lógicas, como controladores lógicos programáveis, microcontroladores e SDCDs.

Uma contribuição adicional importante dos sistemas de Automação é a conexão com sistema supervisorio ou interfaces de operação remo-



tas chamadas de IHM (Interfaces Homem Máquina). Esse sistema remoto de operação possibilita ao operador coletar informações de status e diagnósticos de qualquer evento ocorrido no processo, além de possibilitar o controle e intervenções de comandos com maior agilidade e confiabilidade.

Com o crescente avanço da tecnologia e a atual necessidade de informação em todas as áreas, sistemas de automação modernos passam de simples automações de processos e equipamentos para automação de negócios, lidando com grandes quantidades de informações relevantes. Questões como confiabilidade e segurança são fundamentais nesse sentido, constituindo um dos muitos desafios enfrentados pela automação moderna.

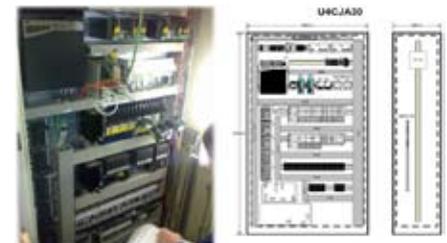
A atuação da automação tem sido expandida, rompendo os limites do ambiente de chão de fábrica, na medida em que novos tipos de processos foram surgindo, hoje se nota aplicações da automação nos variados segmentos de produção industrial como: indústria automobilística, química, mineração, papel e celulose, embalagens, bebidas, extração, entre outras.



Outro motivo que leva as empresas a automatizarem seus processos é a preocupação com a vida útil e a manutenção de seus equipamentos. A automação aplicada permite que o processo ou equipamento trabalhe em sua capacidade máxima respeitando seus limites de construção física, dentro de um padrão aceitável de segurança. Dessa forma, por evitar condições de sobrecarga e subseqüentes falhas mecânicas, a automação reduz o número de paradas para manutenção gerando um diagnóstico confiável da condição de seus equipamentos.

Na indústria de mineração por exemplo, a automação em processos de britagem proporciona a maximização da produção reduzindo a recirculação da carga e consequentemente os custos operacionais. Além de diminuir os custos com materiais de desgaste e acessórios, a otimização do controle de processo reduz o custo de manutenção garantindo um tempo maior de operação em capacidade máxima com disponibilidade do equipamento. O objetivo é diminuir o custo por tonelada produzida.

A automação possibilita a memorização de formas e operação pré-estabelecidas para atender diversas mudanças de cargas em britadores, reduzindo agressivamente o tempo dispendido para acompanhamento da produção de cada nova matéria-prima, ou seja, o equipamento se adapta a cada nova receita de fabricação sem a intervenção humana, é o que chamamos de controle otimizado.





Com o monitoramento constante da operação através de interfaces gráficas pode-se coletar dados de britagem e utilizá-los em cálculos estatísticos, análise de qualidade e possibilitar melhorias de processo e controle da demanda de produção, sem contar no planejamento futuro de produção.

Através dessas interfaces gráficas pode-se também diagnosticar alarmes e eventos, visuais e sonoros sobre deficiências na operação ou

mesmo nos equipamentos, levando todo o sistema a um estado seguro como desligamento por falha sem causar danos físicos na operação. Toda e qualquer intervenção pode ser registrada como dados históricos para análise posterior.

A Metso oferece uma gama de produtos como Software para Gerenciamento de Ativos, Válvulas, Posicionadores inteligentes e soluções completas para Controle de processos de mineração e também plantas de produção de agregados.

Visamos à redução de custos operacionais de nossos clientes e no aumento da sua rentabilidade, preservando a qualidade do processo.

A solidez da companhia baseia-se na habilidade de combinar conhecimentos de automação e as mais recentes tecnologias de informação e comunicação com profunda experiência de processos.

A solução Metso para controle de processos e máquinas é embasa-

da na tecnologia SDCD a qual inclui funcionalidades básicas e avançadas de automação para diversos tipos de aplicações. Esta solução também compreende toda a parte de segurança de controle, gerenciamento de ativos e alarmes.

O sistema de controle metsoDNA CR é uma solução híbrida modular, ou seja, atende aplicações de pequeno porte, como por exemplo: automação de um britador, uma retomadora, uma empilhadeira, um moinho etc. Até aplicações de grande porte, como por exemplo automação de uma planta inteira. Por ser modular, o mesmo pode ser dimensionado e instalado por etapas dentro de uma planta de processo.

Quanto à interoperabilidade entre protocolos digitais e a comunicação com sistemas de terceiros, facilmente podem ser configuradas através do sistema da Metso.

Gerente de Projetos da Metso



SINCRO-BOR

COMERCIO DE ARTIGOS INDUSTRIAIS LTDA.

"Nosso objetivo é a sua satisfação"

A Sincro-bor é uma empresa conceituada e ativa no mercado há mais de doze anos, oferecendo aos clientes produtos de qualidade.

Mangotes e curva de draga da marca **REALFLEX**



Trabalhamos também com:

- Lençóis de borracha;
- Correias industriais;
- Mangueiras industriais;
- Polias e abraçadeiras;
- Entre outros produtos.

A solução está em suas mãos, consulte-nos...

Telefone / Fax (11) 2798-2922
 Site: www.sincrobor.com.br
 E-mail: sincrobor@sincrobor.com.br
 R. Manoel de Barros, 301 - Cangaíba - São Paulo/SP



Produzindo qualidade desde 1987, a CRUZAÇO tem a melhor solução em peças fundidas para britadores, moinhos, escavadeiras, pá carregadeiras, vagões, locomotivas e indústria mecânica em geral. Podemos destacar os nossos controles de qualidade e contínua busca por melhores tecnologias, procurando sempre a melhor solução para nossos clientes. A ampla experiência da CRUZAÇO no fornecimento de peças fundidas é a garantia que oferecemos.



CRUZAÇO Fundição e Mecânica Ltda.

Rod. Dom Pedro I, km 89 s/nº - Jarinú
 Cep 13240-000 - Cx. Postal 51 - São Paulo
 Tel.: (11) 4417-7600 / 4417-1021- Vendas: (11) 4417-7624 / 4417-7625
 E-mail: cruzaco@cruzaco.com.br
www.cruzaco.com.br

13º CONGRESSO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO E EXPOSIBRAM 2009 REÚNEM 43 MIL PESSOAS

Durante quatro dias, a EXPOSIBRAM 2009 e o 13º Congresso Brasileiro de Mineração (CBM), os dois maiores eventos do setor na América Latina, ocuparam totalmente os pavilhões do Expominas, em Belo Horizonte (MG). Os 383 estandes de 27 países diferentes do Centro de Convenções receberam, em média, pouco mais de 10 mil pessoas por dia. Um total de 43 mil visitantes viu de perto as inovações tecnológicas, máquinas, equipamentos, soluções ambientais, softwares e aprimorou conhecimentos sobre a mineração. Além da exposição, uma programação com 16 painéis e palestras técnicas atraiu centenas de profissionais ao 13º CBM.

Reconhecida por estimular a prospecção de negócios, a EXPOSIBRAM 2009 manteve a tradição. Os olhares atentos dos visitantes se dividiam entre as novidades apresentadas nos 14.000 m², e os lançamentos expostos renderam bons contatos e negócios durante o evento. Ao longo dos quatro dias, os estandes foram palcos de reuniões de negócios e contatos próximos entre clientes e fornecedores.



Stand da ANEPAC recebe produtores de agregados



No último dia da EXPOSIBRAM 2009 e do 13º Congresso Brasileiro de Mineração (24/09), Paulo Camillo Vargas Penna, Diretor-Presidente do IBRAM, fez uma análise dos eventos: “O resultado superou totalmente as expectativas. Toda a formatação da feira e do congresso ocorreu no período mais agudo da crise econômica, no segundo semestre do ano passado. Por isso, a aceitação e a aposta de nossos parceiros foram fundamentais para o sucesso que pudemos presenciar”, explicou. Já pensando nas próximas edições ele adiantou: “nosso objetivo é que a EXPOSIBRAM vá além da mostra de produtos e do networking entre fornecedores e clientes. Ser uma verdadeira feira de negócios é um dos principais objetivos da próxima edição”, finalizou.

Abertura

O 13º Congresso Brasileiro de Mineração (CBM) e a Exposição Internacional de Mineração – EXPOSIBRAM 2009 foram abertas no dia 21 com a presença do Ministro de



Chegada do ministro Edison Lobão

Minas e Energia, Edison Lobão, e do Vice-Governador, Antonio Augusto Anastasia, além de representantes do setor produtivo mineral. “Nestes dois eventos, poderá se constatar



que, mesmo com as profundas modificações na conjuntura mundial, a indústria mineral mantém o papel de importante contribuidor na geração de emprego e renda, no saldo de balança comercial e no desenvolvimento do País”, afirmou Paulo Camillo Vargas Penna, Presidente do IBRAM. Em seu discurso, Penna questionou a proposta governamental de criação do Conselho Nacional de Política Mineral e de uma agência reguladora. Para ele, é preciso prioritariamente discutir uma Política Nacional de Recursos Minerais (ou de Mineração). “É de se indagar o que irá fazer tal Conselho se não existe uma política mineral, legitimamente formulada com a participação de todas as partes interessadas e aprovada pelo Congresso Nacional”, defende.

Em seu discurso na abertura dos eventos, o Ministro de Minas e Energia Edison Lobão reafirmou que o setor vive momento de retomada econômica. Disse que o Governo finaliza os estudos sobre o novo Código de Mineração e frisou que nada será feito sem antes ouvir o setor produtivo. “Esta discussão será realizada com a presença de todos os setores envolvidos, por meio de audiências públicas, especialmente em MG. O novo marco regulatório deverá substituir legalmente outro já obsoleto que privilegia aventureiros em detrimento das empresas. Não queremos acabar com a livre iniciativa”, afirmou.

Apesar da desaceleração da economia, o IBRAM prevê investimentos de US\$ 47 bilhões no setor, entre 2009 e 2013. Estiveram presentes também na solenidade, o Presidente do Organismo Latinoamericano de Minería (OLAMI), Aurelio Martínez Cabral, e os embaixadores do Canadá, Paul Hunt, e da Austrália, Neil Allan, entre outras autoridades.

Durante a cerimônia de abertura, exibiu-se documentário sobre os primórdios da exploração mineral no Brasil, e foram entregues placas de homenagem póstuma a nomes importantes da história da mineração: Domingos Fleury da Rocha, Noé Chaves e Octávio Ferreira da Silva.

Primeiro dia

A competitividade das empresas brasileiras no mercado internacional foi o principal assunto do Talk Show “A mineração e o novo cenário socioeconômico”, realizado no primeiro dia do 13º CBM e mediado pelo jornalista William Waack. O tema foi debatido pelo Chairman da BHP Billiton Brasil, Eleazar de Carvalho Filho, pelo Diretor-Superintendente da Votorantim Metais, João Bosco Silva, e pelo Presidente da IMS Engenharia Mineral, Juvenil Félix, “Os empresários não influenciam o câmbio nem determinam o preço do minério. A única forma de se ampliar a competitividade é reduzir os custos de produção”, observou Bosco. Félix disse que os investimentos em infraestrutura, a ampliação do crédito e a redução da carga tributária são fundamentais para o País.

Também no segundo dia foi realizado o Painel “A Infraestrutura no Brasil e a Expansão da Produção dos Bens Minerais”. O painel teve como coordenador Luiz Eulálio de Moraes Terra, diretor-presidente da Embu S.A. Engenharia e Comércio, vice-presidente do Conselho Diretor do IBRAM e diretor da ANEPAC. Foram apresentadas as palestras A Visão da Indústria da Construção Civil pelo presidenteda Câmara Brasileira da Indústria de Construção – CBIC, Paulo Safady Simão, A Visão da Indústria de Cimento pelo Presidente do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento – SNIC, Sérgio Mações, e A Visão do Setor de Infraestrutura pelo presidente do Conselho de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria – CNI José de Freitas Mascarenhas.

No painel, dados do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento

(SNIC) revelam que o Brasil transporta 95,2% da produção de cimento por rodovias. Países desenvolvidos, como os EUA, despacham apenas 20% deste recurso mineral por estradas. Para o Presidente da entidade, Sérgio Mações, é necessário mudar tal realidade. “A indústria de cimento é prejudicada pelas más condições das rodovias brasileiras, que deveriam receber manutenção constante”, disse ele. “É preciso dar atenção ao setor cimenteiro que se expande de forma considerável”, disse. A indústria cresceu 10% em 2007 e 15%, no ano passado. Só as vendas acumuladas do insumo nos últimos 12 meses (agosto/08 a julho/09) atingiram 50,9 milhões de toneladas – um incremento de 4,1% sobre o mesmo período anterior. Atualmente, 1,4 milhão de toneladas de cimento é produzida por ano.

O Presidente do Conselho de Infraestrutura da CNI, José Mascarenhas, concordou com as declarações de Mações. “A infraestrutura deveria representar ao menos 5% do PIB na-



Luiz Eulálio de Moraes Terra comanda painel sobre infraestrutura

cional”, disse Mascarenhas. Ele acrescentou que o Governo atual, mesmo com o Programa de Aceleração do Crescimento, investe apenas 2% do PIB, enquanto países em desenvolvimento, como a China, investem 7%.

Segundo dia

Painel “Legislação e Política Mineral para a Atração de Investimentos” discutiu como atrair investimentos para a mineração no Brasil. Para o Especialista em Direito Minerário e Recursos Minerais (EUA), James

Otto, um bom potencial geológico não garante, isoladamente, atração de investimentos. “Muitos países têm tido dificuldades para atrair recursos. Estabilidade política, regime fiscal que gere menos ônus e uma boa promoção são fatores primordiais atualmente”, afirma. O tema foi debatido pelo Consultor da Anglo American Brasil, Manoel Regis Neto, e pelo Presidente da GEOS Geologia para Mineração, Elmer Prata Salomão, foi mediado pelo Ex-Senador e Ex-Ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho.

Terceiro dia

O tema da seção foi “Sustentabilidade na Mineração”. Foram apresentadas as palestras “Mineração e sustentabilidade – buscando equidade”, por Anthony Hodge, presidente do Conselho Internacional de Mineração e Metais – ICMM (Reino Unido), “Sustentabilidade como valor maior”, por Franklin Feder, presidente da Alcoa Brasil, e “Alianças para sustentabilidade da Mineração no Brasil, por Carlos Minc, ministro do Meio Ambiente. O presidente da mesa foi Paulo Camillo Vargas Penna, presidente do Ibram.

O Presidente do Conselho Internacional de Mineração e Metais - ICMM (International Council on Mining and Metals), Anthony Hodge, criticou governantes que, segundo ele, não consideram todo o ciclo de duração de um empreendimento minerário ao avaliar o potencial de contribuição à sociedade. “O rendimento de um projeto apresenta momentos de picos de lucratividade e outros em que não há lucro algum, como na fase final, depois que a



Ministro Edison Lobão



Paulo Santana no stand do DNPm

mina já se esgotou. Os governantes têm que levar isso em conta”, disse. Segundo Hodge, cabe às mineradoras “demonstrar que praticam o que pregam”, no que se refere à sustentabilidade, e exigir de fornecedores e parceiros comerciais o mesmo comportamento. “Imaginem se uma mineradora, que tem como política praticar a sustentabilidade, contrata uma empresa terceirizada de terraplenagem que não tem a mesma preocupação? Pode por a perder todo o esforço empreendido até então”.

Quarto dia

O tema da seção principal foi “Novos caminhos para a mineração”. Foram apresentadas as palestras “Cenários e tendências para a mineração mundial – perspectivas socioeconômicas e políticas” por Jan Klawitter, chefe da Divisão de Mineração e Metais, do Fórum Econômico Mundial, “Perspectiva da indústria mineral australiana” por Deming Whitman, presidente da AMIRA International, e “Papel das agências de fomento na expansão da mineração brasileira” por João Carlos Ferraz, diretor de Planejamento do BNDES. A seção foi presidida por Paulo Cestellari-Porchia, diretor do Centro de Excelência da Anglo Base Metals.

“Até 2030 o mundo poderá viver três cenários: um de aliança verde, em que o “comércio verde” entre países será evidenciado, com a crescente preocupação com as mudanças climáticas; outro de crescimento reequilibrado, com a ascensão na economia mundial de países em desenvolvimento, como Brasil, China e Índia; ou um terceiro, em que as nações deverão acirrar a disputa por recursos naturais, como minérios”.

A conclusão é de vários workshops onde foi debatida a situação socioeconômica mundial e foi relatada por Jan Klawitter.

No cenário mais conturbado, Klawitter disse que o surgimento de focos de nacionalismo exacerbado poderá resultar em focos de conflito, colonialismo e corrupção de forma ascendente, o que ampliará a tensão política mundial. O acesso aos recursos naturais poderá ser facilitado por meio de acordos bi-laterais que assegurem benefícios econômicos, sociais e ambientais aos países fornecedores de minérios. Já há sinais evidentes que exigem o diálogo internacional. Um exemplo é o fato de países africanos estarem restringindo o acesso aos recursos naturais, por meio de renegociação de contratos ou pela mudança de regras de exploração. É fato também que países como Venezuela, Bolívia e Equador seguem rumos semelhantes.

Este conjunto de situações futuras apresentado por Klawitter dominará os debates no Fórum Econômico Mundial, a ser realizado nos próximos meses. Klawitter disse que o Brasil precisa ficar atento ao “comércio verde”, que provocará profundas mudanças em vários níveis, tais como o consumo de produtos e serviços, os transportes, a energia e até a taxaço, já que deverão ser incentivadas atividades não poluentes. Isso será motivo, também, de tensão política entre os países.

Segundo Paulo Sergio Moreira da Fonseca, o Brasil poderá se destacar no “comércio verde”, especialmente na compensação da emissão de gases de efeito estufa.

Para Paulo Camillo Penna, o Brasil precisa acelerar e ampliar investimentos em pesquisa geológica para conhecer qual é o seu real potencial mineral, assim como já o fizeram seus principais concorrentes neste setor. “Apenas 30% do território está mapeado pelo governo federal”, afirmou. “Uma vez que o Brasil conheça 100% de seu potencial mineral, informação valiosíssima, é possível traçar estratégias para o País ser in-

serido adequadamente no cenário socioeconômico”. Além da investigação geológica em maior escala, o IBRAM defende que o Brasil abdique do monopólio – constitucional – que exerce sobre a mineração de

minerais nucleares, como o urânio. “O setor privado já deu provas de que tem melhores condições para assumir a mineração desses minérios especiais. Enquanto isso não ocorrer, o país se vê tolhido de participar

mais ativamente de um atrativo mercado internacional, que é vital para o uso de energia limpa e a consequente redução das emissões de gases que causam o efeito estufa”.

ETC Comunicação Empresarial

PRONUNCIAMENTO DO DIRETOR-PRESIDENTE DO – IBRAM, PAULO CAMILLO VARGAS PENNA, NA ABERTURA DO 13º CONGRESSO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO E EXPOSIBRAM2009

Há mais de duas décadas e meia, a cada dois anos, o Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM organiza e realiza este conclave, ora na sua décima-terceira edição e que, juntamente com a EX-POSIBRAM, conquistaram lugar de destaque nos calendários dos maiores e mais importantes eventos da Indústria da Mineração, tanto no País quanto em âmbito internacional.

Ao longo desse período, o mundo vivenciou grandes mudanças no seu contexto sócio, político e econômico, que reverberaram fortemente na produção e no comércio dos bens de base mineral. Talvez o exemplo mais marcante se encontra no fim da Guerra Fria que, praticamente, extinguiu o conceito de minerais estratégicos e ampliou o de “commodities minerais”, o que, como consequência e em escala crescente, aumentou os investimentos na pesquisa, na lavra e no beneficiamento de minerais, em resposta a uma demanda também crescente.

Neste ano, ainda se vive em todo o globo, após um ciclo de grande prosperidade, um cenário recessivo que vem afetando diretamente a Mineração, base que é de vários outros segmentos produtivos. Todavia, nestes dois magnos eventos que hoje são inaugurados, poderá se constatar que mesmo com as profundas modificações na conjuntura mundial, essa Indústria mantém, no Brasil, o papel de importante contribuidor na geração de emprego e renda, no saldo de balança comercial e no desenvolvimento do País. Isto, em que pese a realidade de, em contraste com outros segmentos produtivos, não ter ela merecido da parte do Governo qualquer das chamadas medidas anti-cíclicas, embora a ele as tenha pleiteado.

Dáí merecer destaque o fato de que, apesar da desaceleração – e mesmo, em alguns casos do cancelamento – investimentos em novos empreendimentos ou na ampliação de outros já existentes, conforme recente levantamento do IBRAM, têm previsões que totalizam, no período de 2009 a 2013, no Brasil, o expressivo montante de US\$ 47 bilhões.

De outra parte, foi também nestes últimos vinte e cinco anos que, nasceu e com a RIO-92, se consolidou em todo o mundo, o conceito de desenvolvimento sustentável. No Brasil, a Indústria da Mineração não só adotou, mas tem com a sustentabilidade um dos seus maiores compromissos. Que não se limitam só aos aspectos ambientais, mas, principalmente, e cada vez mais, abrangem aqueles relacionados às responsabilidades sociais decorrentes de suas atividades que, reconhecidas como de utilidade pública, são sempre exercidas no interesse nacional. Tais responsabilidades e compromissos, mais do que obrigações, se constituíram em reais conquistas, das quais a mineração brasileira não deverá abrir mão, mesmo com as restrições e dificuldades impostas por uma conjuntura desfavorável.

Por isso, é de se assinalar:

- que para a angustiante questão de empreendimentos, em especial os de mineração, em áreas que possam apresentar cavidades naturais subterrâneas (cavernas), chegou-se, recentemente, a uma solução graças a uma plataforma de consenso, construída com argumentação técnica e despida de emocionalismo e também à dedicação de profissionais, de governo, de setores produtivos e da sociedade civil, que tiveram todos, como norte, atender ao interesse nacional;

- que, antes disso, igualmente via mobilização que envolveu a quase totalidade do setor produtivo brasileiro e os entes governamentais a este relacionado, obteve-se solução para o balizamento de limites e de valores da compensação ambiental;

- que desafios presentes, como o do fechamento de mina – um dos principais temas deste Congresso – têm sua superação já

equacionada, mormente à medida que se amplia a conscientização de que são questões a serem tratadas e incorporadas desde as fases iniciais dos empreendimentos minerários;

- que sendo as mudanças climáticas um dos maiores desafios do nosso tempo, a Mineração brasileira está se mobilizando e se preparando para dar sua contribuição aos esforços que o País enceta quanto à sua participação em uma nova agenda econômica, caracterizada pelo baixo carbono, a qual o Brasil tem, potencialmente, condições de liderar. Também neste Congresso será ele um dos temas principais.

Estes, pois, são alguns dos componentes de maior significação do pano de fundo que

emoldurará os vários assuntos a serem abordados nos quatro dias desse grande encontro, cujo tema maior, nesta 13ª Edição, é A MINERAÇÃO E O NOVO CENÁRIO SOCIOECONÔMICO.

Mais uma vez o IBRAM busca divulgar para o País e para toda a sua sociedade e com esta, em um processo contínuo de aprimoramento do estado da arte, esclarecer, analisar e estabelecer as melhores práticas que, cada vez mais, propiciem a integração das atividades da Mineração ao cotidiano desta mesma sociedade, detentora de um excepcional patrimônio que são os recursos minerais brasileiros.

Por fim, algumas palavras sobre esse patrimônio. É também neste mesmo ano de 2009 que se comemora o que pode ser considerado como o maior acontecimento ocorrido ao longo da história, já hoje com alguns séculos, da exploração e do aproveitamento dos recursos minerais no Brasil. Trata-se da chamada “separação da propriedade do solo da do subsolo” instituída, pela Constituição de 1934, com a determinação da obrigatoriedade de autorização ou concessão federal, “na forma da lei”, para a exploração e o aproveitamento industrial “das minas e das jazidas minerais”. Desta forma, criou-se um sistema em que os recursos minerais integram a dominialidade pública, mas são transferidos à dominialidade privada, uma vez legalmente extraídos do solo ou do subsolo.

Vigendo há setenta e cinco anos, este é um modelo de sucesso, pois foi com ele que o Brasil conseguiu conquistar e está mantendo a posição de destaque no “ranking” dos países de grande produção mineral.

Para disciplinar tal transferência de dominialidade, regulando os direitos, deveres e competências entre os agentes públicos e privados que dele participam, necessário se fez diploma legal específico, o qual, também em 1934, foi promulgado, com a designação de Código de Minas substituído, em 1940, por outro. A este, por sua vez, em 1967, se deu nova redação e se passou a conhecer como Código de Mineração. Com algumas alterações feitas em 1996, sempre seguiu – como o fizeram seus dois antecessores – o modelo já referido que, nunca é demais se repetir, é de sucesso.

Mais recentemente, e utilizando do jargão modernoso “marcos regulatórios”, anuncia-se, no Governo, a todo instante, que modificações serão feitas nesse que é o principal diploma legal do setor mineral no País, com o alegado objetivo de modernizá-lo e com isto, modificar e modernizar o próprio modelo. À medida que isto vem se dando em um processo que se arrasta há mais de dois anos, onde faltam transparência e participação, declarações de representantes do Governo criaram um clima de preocupação e de insegurança na Indústria de Mineração.

Fala-se em “mudanças na outorga de título minerário garantindo melhor acompanhamento, fiscalização e gestão pelo órgão gestor” e, na esteira disto, insinua-se o fim do direito de prioridade, o encurtamento dos prazos da pesquisa mineral e a fixação dos prazos da lavra.

É anunciada a “reorganização institucional”, com a “criação do Conselho Nacional de Política Mineral e de Agência reguladora”, mas nenhuma palavra sobre uma Política Nacional de Recursos Minerais (ou de Mineração). É de se indagar o que irá fazer tal Conselho se não existe “uma política mineral, legitimamente formulada com a participação de todas as partes interessadas e aprovada pelos integrantes do Congresso Nacional”, antiga reivindicação do setor mineral brasileiro que, aqui mesmo, na abertura do 12º Congresso Brasileiro de Mineração, em 2007, o IBRAM teve a oportunidade de destacar. E que agora mais uma vez o faz, assinalando que o almejado é uma política de Estado, e não uma de Governo sujeita a flutuações, tendências e maior ou menor interesse de uma Administração temporária.

Essas mesmas indagações se aplicam à Agência que se propõe criar, pois agência reguladora – e basta ver o que acontece com as existentes – regula aquilo estabelecido na sua respectiva política setorial. Cabe aqui uma observação adicional, tirada dos ensinamentos das Escrituras, com as quais comungam os cristãos: não se coloca vinho novo em frascos velhos, pois se corre o risco de se romperem os frascos e se perder o vinho. A mera mudança de nome, de DNPM para Agência, nada resolverá se não se tiver a garantia do seu adequado aparelhamento em recursos humanos, financeiros, instalações e equipamentos, eliminando a situação de precariedade que hoje se constata. Além disto, essa criação não pode ser meramente uma ação de marketing.

O que é mais grave, fala-se em “fortalecer a ação do Estado no processo regulatório” com o objetivo de se ter “soberania sobre os recursos minerais”, como se esta já não existisse, sendo, inclusive, garantida, de há muito, pelas Cartas Magnas do Brasil.

Daf, já haver manifestações favoráveis a se proceder, no bojo dessas mudanças, a estatização do setor, instituindo-se a MINE-ROBRÁS que, nem no auge do regime de exceção, há quarenta anos atrás, se conseguiu criar.

A tudo isto se soma, com freqüência cada vez mais intensa, as manifestações e proposições de aumento nos encargos – taxas, compensações, impostos – que pesadamente oneram a Mineração no Brasil. Fala-se em participação especial e em majoração nas alíquotas e mudança na base de cálculo da CFEM, utilizando, como justificativa, de forma emocional e descabida, comparações com a indústria do petróleo e até mesmo com a pessoa física!

Anuncia-se, mais uma vez, o prosseguimento no Congresso Nacional, da proposta de Reforma Tributária, cujo texto inclui substanciais aumentos nessa Compensação. No entanto, embora se quisos de, por essa via, aumentarem seus orçamentos, nenhum dos Estados ou Municípios ousou, até agora, propor nessa Reforma dispositivos que ampliem suas participações no total das arrecadações tributárias, onde a União tem, desde 1988, “a parte do leão”.

Senhoras e Senhores, a Indústria da Mineração brasileira é, destaque-se mais uma vez, responsável por contribuições de vulto ao desenvolvimento do País, seja na balança de pagamentos, seja na geração de empregos, seja, ainda, por meio de ações e atividades onde, pioneiramente, substitui a presença do Estado.

No entanto, apesar de tudo isso, permanece sem merecer por parte dos governos a atenção que merece. Seus pleitos específicos, raramente atendidos, recebem como resposta afirmações de que paga muito pouco seus respectivos impostos, taxas e contribuições e que devem ser aumentados.

Estamos todos de acordo quanto à necessidade de aprimoramento na legislação e na estrutura governamental da gestão dos recursos minerais brasileiros. Os diversos segmentos da Indústria da Mineração que aqui se representam concordam, também, que já é mais do que crítica a situação de desaparelhamento do DNPM, o que não lhe tem permitido, no que tange à legislação vigente, sua aplicação e fiscalização de forma diligente que, se ocorresse, já seria um grande avanço, acabando, por exemplo, com o chamado “sentar em cima da jazida”.

Mas, com base nos princípios do desenvolvimento sustentável, estes mesmos representantes não abrem mão de se ter uma gestão compartilhada desses mesmos recursos e não concordam com se ampliar ou se introduzir, via novos instrumentos, um sistema de comando e controle, baseado em cânones obsoletos e retrógrados.

Em outras palavras, a Mineração brasileira está pronta e unida a se somar no alteamento de uma bandeira que preconize aprimoramento dos instrumentos e componentes do modelo aqui empregado na exploração e no aproveitamento dos recursos minerais do País, mas igualmente unida e pronta a repelir qualquer reforma que fira o princípio constitucional da livre iniciativa e busque inserir o Estado diretamente no exercício desta atividade econômica.

PRONUNCIAMENTO DO MINISTRO DE MINAS E ENERGIA, EDISON LOBÃO

Recomendou-me o Presidente Lula que dissesse a todos os senhores da alegria que ele teria tido de estar aqui hoje. Todavia, deveres internacionais impediram-no de fazer. Eu aqui trago portanto uma palavra de sua Excelência, no sentido do apreço que ele tem pelo setor e pelos líderes que o compõe.

Quero parabenizar desde logo o Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM e dizer da satisfação de estar neste plenário para a abertura da 13ª Edição do Congresso Brasileiro de Mineração e de mais uma edição da EXPOSIBRAM.

Este é um momento especial para o setor e para o conjunto da economia brasileira, que evidencia a retomada do crescimento econômico após a forte crise internacional que afetou o Brasil a partir do final do ano passado. A crise econômica permite fazer uma breve avaliação, quanto às políticas do governo federal para a indústria mineral, considerando a situação antes da crise, durante a crise e agora com a retomada do crescimento. Antes, o mundo experimentou um dos maiores aumentos dos preços das commodities em geral e dos minérios em particular já visto na história, propiciados pela ampliação da demanda em especial pela China. No Brasil, a exportação de minério de ferro passou de 174 milhões de toneladas, em 2003, para 282 milhões de toneladas em 2008. Para as rochas ornamentais o crescimento foi de 1,5 milhões de toneladas em 2003, para 2,5 milhões de toneladas em 2007. Para essa ampliação foi necessário implantar toda uma infra-estrutura de estradas, portos, energia e ações de governo que viabilizaram o aproveitamento deste recurso mineral. Mesmo com o tão falado custo Brasil, nossos mineradores puderam aproveitar, e muito bem, o boom da mineração, ampliando sua produção, exportação e lucros, o que foi muito positivo para o setor empresarial, sim, mas para o Brasil também. Ao mesmo tempo o Governo Lula investiu no conhecimento geológico do Brasil, através da CPRM, e no fortalecimento institucional do DNPM, com novos programas

de estudos geológicos, de modernização e de pessoal, tanto para uma instituição, quanto para outra.

Com a chegada da crise econômica no Brasil, após outubro de 2008, o Governo Lula adotou várias ações em prol do setor produtivo. O Ministério de Minas e Energia, além de dar continuidade a importantes programas de geração de conhecimento geológico, tais como a Cartografia Amazônica, com investimentos de mais de R\$ 300 milhões, inseriu as ações de mapeamento geológico da CPRM no Plano de Aceleração do Crescimento. Realço que este foi o maior orçamento direcionado a esta atividade em toda a história do País. Mesmo durante a crise o Governo Federal tratou da melhoria dos quadros da CPRM e do DNPM, contratando novos servidores e implantando um plano de carreira, visando a prestação de serviços de melhor qualidade aos agentes do setor mineral e à sociedade brasileira.

Este Governo tem investido pesadamente no setor mineral nos últimos anos, criando e consolidando janela de oportunidade para as empresas instaladas no Brasil. Na semana passada participei do início das atividades da mina de bauxita em Juriti, no Pará, da empresa ALCOA. E ali está bem demonstrada a força da união dos governos federal, estadual e municipal com a empresa mineradora. Essa experiência de Juriti reforçou nosso entendimento de que uma boa política mineral, além das demandas das empresas mineradoras, deve considerar os interesses dos municípios que abrigam as minas, dos estados da federação e dos trabalhadores que labutam direta ou indiretamente na atividade mineral, das atividades a montante e a jusante da mineração e, de seus efeitos nas economias regionais, além de outros segmentos industriais que agregam valor aos minérios brutos.

Nas últimas semanas a imprensa tem noticiado declarações minhas de que o ministério está finalizando estudos para apresentação de um novo marco regulatório para a mineração brasileira.

Na verdade estão sendo desenvolvidos estudos e uma proposta está sendo elaborada para ser submetida a consulta de todos os agentes envolvidos nesse extremo. O modelo proposto terá como base o sistema regulatório com critérios específicos para emissão dos direitos minerários para incentivar o aproveitamento da jazida, coibindo a chamada especulação improdutiva de títulos minerários. Também serão reforçados os papéis institucionais dos agentes públicos federais, representados pelo Ministério de Minas e Energia e suas entidades vinculadas, que são o DNPM e a CPRM. Quero ressaltar que as mudanças do marco regulatório visam fortalecer os instrumentos legais do Estado para garantir a soberania e o atendimento do interesse nacional, assegurando o aproveitamento dos recursos minerais do nosso subsolo, bem como oferecer maior segurança, agilidade e rapidez na obtenção e náfiscalização dos títulos minerários.

No que se refere particularmente a CFEM, há muita especulação e foco apenas no valor das taxas. É evidente que há também uma permanente preocupação em saber se o bem mineral é para exportação ou para aproveitamento em cadeias industriais domésticas, se o Brasil importa a substância mineral e se a produção é importante para a região. Convém lembrar que há dezenas de projetos de lei e propostas de emendas constitucionais no Congresso Nacional contemplando mudanças na CFEM. O conteúdo dos textos, além de revelar o descontentamento de vários segmentos sociais, indica que o modelo atual tem muitas fragilidades que precisam ser corrigidas. Reforço que o Ministério de Minas e Energia tem o compromisso de escutar todos os segmentos do setor mineral, de maneira a consolidar um marco legal que corresponda aos interesses da Nação Brasileira e não de um Governo apenas. Isso será realizado através de audiências públicas conduzidas pela Secretaria de Geologia, Mineração do meu ministério. Considero que o Brasil precisa aproveitar as suas vantagens corporativas e até mesmo as vantagens comparativas, como as abundantes reservas de minério de ferro, nióbio, alumínio, rochas ornamentais e outras que se encontram em várias regiões do País. Mas também é fundamental estimular a agregação de valor e a formação local de cadeias produtivas e não aceitar a dependência crescente da exportação de commodities brutas. Vale lembrar que a atividade mineral se confunde com a própria história da expansão econômica e territorial do Brasil, marcando de forma indelével nossa cultura e nosso caráter como povo e como Nação.

Senhores, desde que assumi o Ministério, no começo do ano passado, tenho procurado modernizar os sistemas. Tomemos, por exemplo, a questão das cavernas. Era aquele um problema indeferido. Não foi fácil convencer o meio-ambiente de que preservar as cavernas, sim, devemos fazê-lo, mas sem prejuízo da mineração organizada e saudável.

No dia da minha posse eu me recordo em ter dito que o Ministério é, em primeiro lugar, de minas e depois de energia, e de que deveríamos voltar as nossas vistas e as nossas atenções para este setor fundamental da economia brasileira. Nós temos a consciência de quanto significa o setor minerário para as exportações. Por exemplo, dez por cento do total das nossas exportações provêm do setor mineral. Eu, ainda à pouco, dizia em Juriti, no Pará, na presença do Dr. Camillo Penna que há poucos anos o Brasil, um país importador de alumínio e, com as grandes indústrias que instalamos aqui, a Alunar no Maranhão, a Albrás no Pará, nós nos tornamos um país exportador de minério, dessa grande bitola (?). Este setor jamais foi tão bem cuidado como neste Governo. O marco regulatório que estamos desenhando visa substituir uma legislação obsoleta, carcomida, vencida, atrasada, superada. Ela privilegia muitas vezes o aventureiro, quando o que queremos é que as grandes empresas, e existem tantas, as médias empresas, tantas outras existem, as pequenas empresas bem orientadas, que elas tenham a sua proeminência e não os aventureiros.

Querem um exemplo? Recentemente a imprensa publicou um fato curioso. Um cidadão, que não se sabe de onde veio, que origem tem, ele sozinho foi capaz de se inscrever para receber 1.000 alvarás de pesquisa mineral no Brasil. Isto não faz nenhum sentido. E quantas e quantas vezes pessoas assim recebem os certificados, os alvará de pesquisa, desaparecem, voltam sete anos depois declarando ter descoberto minério de ferro, ou o que seja; obtém uma concessão de lavra, e aí sim nunca mais voltam, a não ser através de um segundo e um terceiro, transformando-se aquele cidadão em mero especulador, com interesses que é do povo.

Esta é uma situação que não pode prosseguir. É dever de todo brasileiro defender o seu patrimônio. Não é possível que se esti-

lhassem o bem público através da irresponsabilidade de um modelo carcomido, antigo. Este modelo no passado deu certo. Deu sim, era o momento. Hoje não mais. Faz alguns dias que eu pedi ao Dr. Scliar que me trouxesse um mapa do Brasil e nele marcadas as concessões já feitas para o setor mineral. O Scliar teve o cuidado de marcar o mapa em vermelho. O que eu vi ali foi uma vermelhidão completa. O Brasil está todo sitiado por aqueles que vão pedir um alvará de licença, e muitas vezes uma concessão de lavra, e nunca mais voltam. Ficam vendendo um patrimônio que é do povo, por preços exorbitantes, quando por ele nada pagaram.

É por isto que estamos desenhando um novo marco regulatório para o setor mineral. Não vamos fazê-lo autoritariamente. Vamos fazer as consultas públicas, sobretudo aqui em Minas Gerais, que é o estado precursor da mineração brasileira, é de onde se extrai mais de 50% de todos os minérios. Nós não temos a ousadia de entender que somos auto-suficientes em tudo. Não, nós queremos ouvir as luzes daqueles que podem nos ajudar. Nós não queremos acabar com o modelo que temos hoje, da livre iniciativa, como se preocupa o Presidente Camillo Penna. Não, vamos fortalecê-lo. Vamos dar apenas a ele mais autenticidade, mais rapidez nas decisões.

Sabemos Camillo Penna que o DNPM precisa também ser modernizado. E ele se transformará em uma agência moderna. Sabemos das dificuldades das agências nos estados. Aqui mesmo em Minas é muito precária. As instalações físicas são precaríssimas. Estamos tentando melhorá-las. Estamos procurando melhorar todas as demais.

Senhores e senhores, nós estamos saindo de uma grande crise econômica, que abalou os alicerces do mundo inteiro. Mas sucede que vivíamos também no passado uma situação irreal da economia. Aqui mesmo no setor nós temos exemplos que esclarecem profundamente isto. Antes da crise, por volta de outubro do ano passado, há um ano portanto, a CVRD, vendo aqui o nome dela, pagava por uma tonelada de minério exportado a partir do Maranhão até a Ásia, cerca de US\$ 110 por tonelada. Veio a crise e este valor caiu de US\$ 110 para US\$ 10, 8, 6. Eu não acredito que estas companhias transportadoras, transportando a US\$ 10 estejam tendo prejuízo; porque se tivessem não se prestariam a este transporte. Pagar-se para alguma coisa que vale US\$ 10, pagar-se US\$ 110?! Estava errado. Visivelmente errada alguma coisa da economia mundial; daí ter havido a crise pela qual acabamos de passar e da qual estamos saindo, o Brasil em primeiro lugar ou entre os primeiros, e galhardamente.

Eu estive recentemente nos Estados Unidos, no Estado de Utah, e ali pude conhecer uma grande mineradora, que é a Rio Tinto, que produz cobre naquele estado. E veja bem que em dado momento eu tinha estado também em Rotterdam, no instante em que a Rússia quase abriu falência e inundou os portos do mundo inteiro com seu alumínio. Rotterdam, um porto embranquecido com os estoques, as toneladas de alumínio que haviam sido ali depositadas para ser vendido a qualquer preço. O que aconteceu naquele momento é que o alumínio despencou por consequência desta atividade na Rússia, de US\$ 1,800 a tonelada para cerca de US\$ 1,000. As mineradoras queixaram-se do prejuízo. Hoje o alumínio está sendo cotado no mercado internacional, creio que a US\$ 2,500, quase 3,000. É assim que funciona o mercado internacional. Muitas vezes ele está abaixo do próprio custo, e muitas vezes acima. O que quero dizer é que o setor mineral brasileiro é fundamental para o nosso País. Nós temos por ele um apreço especial, daí ter-se criado no Ministério esta denominação, daí estarmos agora na lavratura deste novo marco regulatório; sempre com a intenção de melhorar as atividades, de servir a ela e não de perseguí-la.

Em nenhum momento este governo teve a pretensão de governar para ele, mas governar para o povo, para a Nação brasileira. Todas as formulações que fazemos neste momento, dentre as quais as do pré-sal, visam o futuro; até porque o Governo está concluindo seu mandato. Tudo o que se faz hoje não terá repercussão neste Governo, senão nos próximos. Portanto, jamais se suponha que em algum momento este Governo esteja a proceder, de um modo ou de outro, pensando em sua própria estrutura governamental. Ele está fazendo em benefício do povo brasileiro.

Senhores e senhores, tenham um bom período de exposições e que o setor mineral prossiga servindo ao País, e servindo a todos os brasileiros. ■

Compromisso com o associado

PRESIDENTE ELEITO DO SINDAREIA PROMETE MANTER POSTURA DE TRANSPARÊNCIA NAS ATIVIDADES DA ENTIDADE

Carlos Eduardo Pedrosa Aurichio, conhecido por seus companheiros como Caco, é o novo presidente eleito do Sindareia para o biênio 2010 - 2011. Sua atuação na gestão do Sindicato começou em 2001, quando foi convidado a se juntar à diretoria da instituição. Desde então, ele participa ativamente das atividades do setor de mineração e do próprio sindicato, tendo sido, nesse mês de setembro, eleito presidente da entidade.

Nesta entrevista, Caco fala sobre sua trajetória, os desafios e as expectativas para o futuro da entidade. Confira.

Conte-nos um pouco da sua trajetória no Sindareia

Desde o início da minha vida como minerador, em 1991, eu vinha participando dessa entidade de classe, que ainda nem era o Sindareia, mas sim uma associação, a dos extratores de areia do Vale do Paraíba. Nessa época, já tínhamos uma participação bastante ativa. Alguns anos mais tarde, a associação se fundiu com o sindicato e ganhou outra abrangência. Eduardo Machado foi nosso primeiro presidente. Em 2001, Walter Toscano assumiu a presidência do Sindareia e me convidou para fazer parte da diretoria da entidade. Aí comecei efetivamente a desenvolver um trabalho com o time que lá estava. Walter ficou de 2001 a 2005



e ficamos juntos por dois mandatos. Depois disso, o José Ovídio de Barros assumiu a presidência e me convidou a ser vice da chapa. Ficamos à frente do sindicato de 2006 até agora, quando meu nome foi citado para a presidência. Portanto, nos últimos oito anos, estive bastante inserido em todas as discussões da entidade.

Qual é a herança deixada pela gestão anterior?

Foi uma gestão que se marcou como um divisor de águas dentro do Sindareia. É claro que todas as outras, considerando as prioridades e os problemas que enfrentaram, deixaram sua marca e contribuição para o setor. Clóvis Moscoso, por exemplo, conseguiu inserir o Sindareia na Fiesp, com condição de voto, o que foi um marco para todos nós. Desde então, a entidade tem contribuído muito para

o fortalecimento do nosso sindicato. Mas a gestão do José Ovídio criou uma postura diferente no Sindareia. A organização de cada pasta e assunto tratado lá dentro, com todo seu histórico, e a relação de transparência, aliada ao maior diálogo com os próprios associados, o governo e a sociedade civil foram os pontos fortes. O Sindicato ganhou muito com essa transparência e aproximação. Sempre houve um distanciamento e um preconceito em relação à nossa classe e, à medida que isso mudou, trouxemos as pessoas para conhecer os problemas e a importância do nosso setor. Acredito que ganhamos como um todo a partir daí.

Essa transparência será mantida na sua gestão?

Sem sombra de dúvida. Estaremos inseridos em todos os fóruns em que o tema seja mineração, como fizemos nos últimos anos, e sempre com essa postura transparente, mostrando de peito aberto nosso trabalho e reconhecendo a atividade de mineração como modificadora, mas necessária para a qualidade de vida da população. Temos que achar a melhor forma de harmonizar o desenvolvimento, a qualidade de vida do cidadão e a mineração.

Quais deverão ser os principais desafios, então, nesse trabalho?

Com certeza serão muitos. Há

uma resolução da Secretaria de Meio Ambiente que está sendo discutida no âmbito da Câmara Ambiental da Cetesb, chamada Cadastro Positivo da Mineração. Acredito que isso vai ao encontro da nossa transparência e é um tema que temos que acompanhar de perto, pois será determinante na vida do minerador. Há a questão do ordenamento territorial de São Paulo, no sentido de preservar jazidas em todos os municípios do Estado. Temos que trabalhar com muita força no sentido de otimizar este ordenamento territorial nos municípios paulistas. Também está sendo discutida a criação de uma Coordenaria de Mineração, junto à Secretaria de Saneamento e Energia, o que é extremamente positivo para o setor. Há a redução do ICMS, que é uma luta antiga nossa. Temos, a exemplo de outros sindicatos, o objetivo de reduzir o imposto de 12% para 7%. Outro ponto é a Cfem. Existem critérios de apuração da Cfem e discussões enormes sobre a forma de deduzir os impostos. Outro desafio desta gestão é que adotaremos a postura de estar sempre juntos com as associações irmãs (Anepac, Ibram, Comin, Sindipedras, entre outras). Como eu disse, teremos muito trabalho pela frente.

Já existe um planejamento para 2010?

Existe. Quando da primeira gestão do presidente José Ovídio, nós criamos uma agenda de trabalho para os dois anos seguintes. Da mesma forma, na reeleição do presidente, fizemos o planejamento para 2008 e 2009. Isso não será diferente agora. Vamos dar continuidade ao nosso trabalho e focar nos assuntos que ainda não conseguimos liquidar, como o caso da redução do ICMS, por exemplo. Temos um cronograma de atividades, para o qual vamos trazer os assuntos

pendentes e inserir os novos desafios para os dois próximos anos.

Partindo para o tema mineração, como você vê o setor hoje?

O setor de mineração de areia está em crescimento. Evidente que, com a chegada da crise, houve um período de estagnação, mas o setor não perdeu o fôlego. Eu acredito que, com o evento da Copa do Mundo aqui no Brasil, em 2014, e, agora, com a confirmação das Olimpíadas no Rio de Janeiro, em 2016, o setor certamente atingirá um índice de crescimento bastante interessante.

Esse crescimento é atribuído ao aquecimento do ramo da construção civil?

Sim. O Brasil tem muito por fazer. Saneamento, infraestrutura, moradia, questão portuária, estradas. Temos necessidade de produção, crescimento, e os agregados estão inseridos na base disso. Aí, posso remeter ao ordenamento: quanto mais próximos estivermos do centro de consumo, mais econômica será a operação. Caso contrário, haverá um custo logístico desnecessário, em função de uma falta de planejamento.

Qual a perspectiva que a Copa do Mundo de 2014 traz para o setor?

Eu estive, em março deste ano, visitando uma empresa na Coreia do Sul. Lá, tive a oportunidade de falar com uma pessoa que está bastante inserida nesse assunto, o presidente da Hyundai, e fiz exatamente esta pergunta: “o que significou a Copa do Mundo para a Coreia?”. Ele respondeu que o evento mudou a história e a vida do país. Então, eu tenho a impressão de estarmos diante de uma possibilidade de mudar a história do nosso país. A preocupação para recebermos um evento dessa

envergadura já é uma mudança de conceito. Se tivermos inteligência e competência para nos preparar bem para essa Copa, poderemos mudar a história do Brasil.

Qual a satisfação por ter sido indicado e eleito como o novo presidente do Sindareia?

Sinto uma alegria enorme e uma responsabilidade maior ainda. Representar um setor não é brincadeira. Tivemos 99% de votos a favor em um cenário de 128 empresas aptas a votar e um comparecimento histórico de mais de 80% dessas empresas na eleição. Tivemos 103 empresários votando, dos quais 101 foram a favor. É fantástico, mostra que o associado quer que a postura do sindicato seja mantida. O associado aprovou essa forma de trabalhar, de transparência, “de camisa aberta”. Acredito que nós estamos, em função desse perfil, bastante preparados para representar o setor. Estou bastante confiante de que o nosso trabalho será bem proveitoso.

Gostaria de deixar uma mensagem para os associados?

Tudo isso que nós estamos dizendo só é importante com a participação dos associados. Não é essa diretoria ou outra que vai impor a melhor ou a pior representação do setor: é a participação dos associados que é determinante para a qualidade dessa representação. A cobrança, a criação de demanda que cada associado fizer para o sindicato é o que vai determinar se o setor vai estar melhor ou pior representado. A mensagem é, na verdade, um pedido a cada uma das empresas associadas ao sindicato, para que participem criticando, apoiando e trazendo demanda. É isso que vai fazer com que nosso sindicato esteja cada dia melhor representado e seja mais bem visto pela sociedade.

JOSÉ OVÍDIO DE BARROS

Conte-nos um pouco da sua trajetória no Sindareia.

Iniciei minha participação no ramo de Extração de Areia em 1983, adquirindo uma mineração em São José dos Campos - SP, Porto de Areia Veneziani Ltda., em sociedade com meu irmão Nelson e meu primo Gilmar. Desde esta época comecei a participar de discussões e movimento dentro da classe, sempre motivado pelas orientações e exemplos do Sr Hélio Moscoso, minerador muito experiente e também meu vizinho de Mineração.

Logo a seguir, fundou-se a AIMEA (Associação das Indústrias de Mineração e Extração de Areia do Vale do Paraíba) da qual fui Vice-presidente no mandato do Sr. Paulo Afonso de Oliveira Costa. Desde então participei em várias diretorias da AIMEA.

Com a vinda do Sindareia para o Vale do Paraíba, também participei nos mandatos do Sr. Clóvis Moscoso e do Sr. Walter Toscano ocupando os cargos de Diretor e Membro do Conselho Fiscal.

Ao final do mandato do Sr. Walter, recebi incentivos muito fortes do Luis Alberto, secretário executivo, e do Caco, hoje presidente eleito, para concorrer à presidência do Sindareia. Não havendo interesse do Sr. Raul Lerário, candidato natural por ser o Vice-presidente, aceitei o desafio, candidatei-me e fui eleito Presidente em 2005, para o biênio 2006/2007, fui reeleito e estou encerrando meu segundo mandato em novembro de 2009.

Que balanço o senhor faz das duas gestões à frente do Sindicato?

Falar das coisas que fizemos, digo fizemos porque ninguém faz nada sozinho! Tive uma equipe de trabalho e diretoria que realmente arregaçaram as mangas. Colocamos a cara em todos os lugares que se falavam de areia, ora escutando, ora defendendo, ora reivindicando em



prol da classe e assim por diante.

- Promovemos a aproximação do Sindareia aos Associados abrindo as portas da entidade a todos, o Sindicato passou a ser uma ferramenta e um ponto de apoio muito importante para os Mineradores, sempre com transparência e igualdade.

- Participamos em todos os fóruns de discussão sobre mineração de areia que tomamos conhecimento, quer sobre questões ambientais, legais ou minerarias etc.

- Fizemos assembleias itinerantes em todas as principais regiões produtoras de areia do estado de São Paulo, discutindo assuntos regionais e externando a entidade o “Sindareia”.

- Aumentamos a quantidade de associados em mais de 50% em quatro anos de mandato.

- Participamos efetivamente na FIESP como filiados que somos, usufruindo tudo o que ela, FIESP, pode nos proporcionar, como cursos, orientações, apoios a pleitos do Sindareia à órgãos públicos etc. Até tivemos em nossa sede em Jacareí-SP, a visita do presidente Paulo Skaf mais de uma vez, colocando a Federação à disposição do Sindareia para atendimento à nossas demandas.

- Participamos ativamente a entidades afins, ANEPAC, FPAM, CO-MIN e CBHs, dentre outras.

- Reformamos fisicamente a estrutura do Sindareia, modernizando os equipamentos e as instalações e assim

proporcionando maior conforto e privacidade em nossos encontros.

- Nos trabalhos desenvolvidos, sempre tivemos parceiros patrocinadores muitos eficientes. E em todos os eventos realizados, o grau de participação e foi positivo.

- Indicamos como candidatos a sucederem a condução dos trabalhos de presidente e vice-presidente do SINDAREIA, Carlos Eduardo Pedrosa Aauricchio e Roberto Saborus Aoki, eleitos com votação maciça. Enfim, em minha opinião, demos um salto nesta escalada de sucesso da nossa entidade “Sindareia”.

Quais o senhor acredita terem sido as principais conquistas para a categoria nesse período?

Sem dúvida considero como a maior conquista da classe foi e será o respeito adquirido pelo SINDAREIA, como entidade representativa, frente aos Órgãos Públicos e Pares, nos nossos embates relativos à atividade.

O senhor deixa a presidência, mas continua atuante na diretoria. Como o senhor vê, ainda, sua missão dentro da entidade?

Fui convidado pelo Presidente eleito a participar da chapa como candidato a tesoureiro. Aceitei, propondo-me apoiar a nova diretoria e acatar sua orientação.

Como o senhor acredita que o Sindareia continuará sua luta daqui pra frente?

O nosso Sindicato ainda é muito novo, tem muitos pontos para serem solidificados, tem muitas frentes ainda a serem conquistadas, espero que esta nova diretoria, presidida pelo Caco, tenha apoio da classe Mineradora de Areia, ora aplaudindo, ora fazendo críticas construtivas, mas participando efetivamente com a presença e ou atitudes. E torcendo pelo sucesso desta condução, tenho certeza que mais alguns degraus de nossa escalada serão galgados. ■

SOTREQ E CATERPILLAR RECEBEM ASSOCIADOS DA ANEPAC

A diretoria da ANEPAC, empresários de areia, pedra britada e argila e técnicos visitaram, em 21 de agosto passado, a unidade de Sumaré-SP da Sotreq onde ela mantém oficinas para manutenção e conserto de máquinas e equipamentos que comercializa, almoxarifado com estoque de peças de reposição, laboratórios e salas para cursos de treinamento.

Após a recepção do grupo, foi feita uma apresentação sobre a empresa feita por Ricardo Fonseca, gerente regional da Sotreq. Disse que a empresa foi fundada em 1941 no Rio de Janeiro e que hoje conta com mais de 30 estabelecimentos comerciais e operacionais próximos aos mercados de maior consumo, estando presente em todas as capitais do seu território de representação exclusiva. Atualmente, o grupo tem 4 mil colaboradores diretos (16 mil indiretos). É uma empresa de capital 100% nacional.

Grupo Sotreq é constituído pela Sotreq, Somov, a MDPower e a Soimpex. Além de revender produtos, serviços e sistemas Caterpillar, o Grupo Sotreq também comercializa e fornece suporte técnico para equipamentos das marcas O&K, MaK, Hyster, Tennant e Perkins

Fonseca ressaltou a importância dos valores corporativos da empresa em que estão “valorização do cliente, que significa estar sempre junto do cliente, compartilhando seus desafios e seus problemas”; “respeito nas relações, no qual em todos os momentos e circunstâncias as relações serão pautadas pelo respeito, ética, integridade e senso de justiça”; “valorização dos funcionários, ou seja, ter um compromisso permanente com o crescimento profissional dos funcionários, independentemente do seu nível ou da área



Bernadete Manso fala na recepção a produtores de agregados

em que trabalham”; “superação permanente, isto é, buscar a liderança e excelência em tudo que faz”.

Sobre a Sotreq disse que ela comercializa equipamentos para os setores de infra-estrutura, mineração, agropecuária, industrial, reflorestamento e ener-

gia e dá apoio técnico especializado a seus clientes. Desde 194, revendedora de produtos, serviços e sistemas Caterpillar, a Sotreq está presente em 75% do território nacional, com mais de 30 filiais, sucursais e postos avançados. A Sotreq é dividida em três unidades de negócios: Construção, Mineração e Sistemas de Energia. A Sotreq dá suporte especializado feito por técnicos qualificados, com a preocupação em aumentar a produtividade dos equipamentos e em reduzir os custos operacionais e realiza para seus clientes estudos de seleção, dimensionamento de frotas e configuração de máquinas para que o cliente obtenha o melhor custo-benefício do seu investimento. A empresa também presta assessoria aos clientes na importação de máquinas e seus implementos, que envolve orientação no momento da escolha do equipamento fabricado no exterior, seu acompanhamento durante o transporte e internalização no país. Outro benefício oferecido pela Sotreq é as-



Ricardo Fonseca, Bernadete Manso e Luiz Eulalio de Moraes Terra

sessoria no financiamento para compra de máquinas, componentes, peças e serviços mecânicos. Além de oferecer crédito do banco da Caterpillar, a empresa também auxilia seus clientes na busca de outras opções em instituições bancárias.

Disse ainda que Sotreq

oferece aos usuários de máquinas Caterpillar completo suporte ao produto em peças de reposição e serviços mecânicos com oficinas que conta com profissionais especializados e constantemente atualizados e almoxarifado de peças novas com 75 mil itens em estoque e de peças usadas com mais de 30 mil itens. Serviços como o SPBT (Serviço de Peças à Base de Troca), PMP (Programa de Manutenção Preventiva), além de diversas modalidades de contratos, também apóiam a manutenção dos usuários CAT. As compras de peças podem ser feitas diretamente pela internet no PartStore.

Fonseca falou ainda sobre duas áreas técnicas de suporte ao produto, CRC e SOS. Os Centros de Remanufatura de Componentes (CRC) têm certificação Caterpillar e estão localizados em Contagem-MG, Sumaré-SP e Belém-PA. Devolvem ao componente o seu estado de novo, além de acrescentar as recentes inovações de tecnologia Caterpillar. O processo garante a mesma vida útil, performance e garantia das peças novas. A remanufatura pode ser feita no próprio componente CAT do usuário ou, se houver urgência na reposição, pelo Serviço de Peças à Base de Troca (SPBT), no qual, sem exceção, todos os produtos disponíveis são remanufaturados. O laboratório SOS de análise de fluidos foi criado, em 1976, com o objetivo de aumentar a produtividade dos equipamentos e reduzir os custos com manutenção das empresas por meio de técnicas preditivas. O SOS está qualificado a realizar análises em qualquer tipo de equipamento ou veículo, incluindo motores estacionários, guindastes, tratores agrícolas e centrais de britagem. Atende atualmente mais de 1.500 empresas e possui cerca de 20 mil equipamentos



Visita à oficina da Sotreq

e veículos monitorados nos principais mercados da Sotreq, processando cerca de 300 mil amostras por ano.

A Somov é empresa especializada em produtos e serviços de movimentação de materiais como representante exclusiva das empilhadeiras Hyster, e de limpeza ambiental, com lavadoras e varredeiras como autorizada da marca Tennant. A MD Power realiza a venda direta de motores Perkins para indústrias montadoras e serviços de distribuição de peças, engenharia e capacitação técnica, além de representar e fornecer filtros Donaldson para diversas aplicações. A Soimpex atua na área de comércio exterior como uma trading-company com foco nos processos de importação de máquinas, peças, implementos e acessórios destinados a clientes, revendedores de equipamentos e empresas do grupo Sotreq.

Caterpillar

Pela Caterpillar, falou Bernadete Manso, gerente regional da Caterpillar América Latina. Bernadete afirmou que a crise econômica mundial afetou significativamente os negócios da Caterpillar que espera faturar em 2009 cerca de 35 bilhões de dólares, quando faturara 50 bilhões de dólares em 2008. Disse também que, em nenhum momento, o Brasil foi visto nos Estados Unidos como um país afetado pela crise, “porque no Brasil as coisas continuaram a acontecer”. Mostrou confiança de que a crise já passou pelo momento mais crítico. “Não se fala mais em linha descendente”.

Bernadete Manso disse que a crise econômica não impediu a Caterpillar de continuar implantando a agenda que foi elaborada em 2006 que chamou de “Visão para 2020”. Informou que, em

janeiro de 2009, a parte de extração mineral foi dividida em duas unidades de negócios. A parte que lida com a mineração de metálicos e carvão, entre outros, foi colocada na unidade “mining”, enquanto que a que lida com não-metálicos e agregados foi colocada junto atividades de movimentação de

terra, escavação e construção, constituindo a unidade “quarrying and earth moving”. Disse que a grande vantagem do sistema implantado é que há um vice-presidente responsável pela unidade que centraliza tanto a área comercial como a orçamentária. “Antes tinha que se dirigir a várias pessoas na empresa, tanto no nível horizontal como no vertical. Hoje, o cliente traz seu problema e vamos trazer a solução mais apropriada.”

Bernadete falou que o compromisso da Caterpillar e da Sotreq é trabalhar com os clientes para que eles obtenham o melhor resultado com os produtos Caterpillar. “Estamos aqui para trabalhar, trazer soluções para os segmentos de pedra, areia, calcário e cerâmica, treinando não somente os operadores, mas envolvendo também pessoas do nível gerencial e de supervisão.” Citou como exemplo o treinamento dado na Votorantim para pessoas desse nível. “Cito a Votorantim porque foi feito recentemente e após a implantação dessa nova organização”, disse. “Com a Holcim, fizemos um seminário com mais de 40 pessoas no Equador.”

Bernadete Manso disse que seu objetivo e de sua equipe é criar uma longa parceria com a ANEPAC em que todos ganhem. Disse que a ANEPAC tem lhe servido de referência em contatos na América Latina, citando o caso da Asogravas, associação de produtores de agregados da Colômbia, com quem iniciou alguns programas. “As informações recebidas da ANEPAC são repassados a meus superiores e justificam o que está sendo feito”, disse. “A CAT e a Sotreq também se propõem a trabalhar com os produtores na área social e ambiental.”

Manutenção

José Bueno, da Sotreq, fez uma palestra sobre manutenção e falou sobre os produtos que a Sotreq oferece aos clientes para a manutenção de suas máquinas e equipamentos.

Iniciou com um histórico, dizendo que antes da 2ª Guerra Mundial a rotina de manutenção praticamente não existia e que se consertava a máquina quando esta estava quebrada. Após a guerra, com a perda de mão de obra qualificada devido ao conflito, houve a aceleração da mecanização das fábricas para suprir essa falta e a produção de máquinas com diferentes modelos. Os anos 70, com a inflação e aumento de custos, começou-se a planejar e controlar a manutenção. “A virada do século trouxe, além da grande competição, o aumento da tecnologia embarcada nos equipamentos, levando ao monitoramento das condições e o conceito de manutenção detectiva”, disse. “Hoje, precisamos ter alta disponibilidade para o equipamento e confiabilidade. Antes, quando precisávamos de 10 máquinas, contávamos com 15. Hoje, precisamos de 10, mas só temos 8.”

Bueno passou a discorrer sobre as diversas formas de manutenção, iniciando com a divisão em manutenção corretiva e preventiva. Disse que a corretiva é o reparo depois da falha ocorrer, que tem como consequência custos elevados e imprevisíveis, baixa disponibilidade e não se consegue prever recursos. Na preventiva, monitoram-se as condições e faz-se o reparo antes da falha, com menores custos e alta disponibilidade do equipamento. Disse que o princípio está em prever a vida útil do componente. “Na teoria é bonito, mas na prática é duro saber”, contou. Uma das formas seria comparar parâmetros para tomar as ações, mas disse que pode haver risco por falta de um histórico da máquina. Enfatizou também que há limitação para equipamentos móveis, porque o fator de carga muda muito rápido.

Falou da manutenção sistemática, dando como exemplo a troca de óleo após determinado número de horas.



Visita a oficina da Sotreq

Como fazer o controle custa mais que o óleo, troca-se o óleo por segurança.

Sobre a manutenção detectiva, disse que se colhem informações em tempo real com monitoramento. Na possibilidade de qualquer falha, toma-se uma ação. “Quando há uma não-conformidade no equipamento monitorado eletronicamente, recebe-se a informação em sua mesa e pode-se tomar a ação”, afirmou. Consegue-se monitorar mais parâmetros, otimizar a vida do componente, fazer reparos imediatamente antes da falha, tendo como consequência menores custos, maior confiabilidade e é aplicável a equipamento móvel. “Não ter o monitoramento eletrônico numa pedreira não é grave, mas numa obra em condições adversas, o monitoramento é de suma importância”.

Bueno afirmou que treinamento do operador impacta diretamente a manutenção da máquina. Se o operador é mal treinado, paga-se pelos recursos que a máquina possui, mas não tira nenhum benefício por causa do operador. “Paga-se por um supersônico e viaja de teco-teco”, criticou. “Há que se melhorar a qualificação da mão de obra. O que ocorre com os operadores, ocorre também com o pessoal da manutenção.”

Sobre programa de manutenção disse que é necessário buscar o equilíbrio. “Se a empresa tem um programa de manutenção mínimo, o custo de reparo da máquina fica muito alto. Se tem um programa de manutenção preventiva muito amplo, caro, o custo de manutenção fica muito alto. Não há programa de manutenção perfeito”, afirmou.

Como prática de manutenção, salientou alguns pontos. “Se fizer 95% da manutenção básica, isto é, trocar óleo, lubrificar, fazer que o fabricante manda, a empresa vai ajudar muito no cuidado de sua máquina”, disse. “Se conseguir fazer 80% de maneira programada, está se fazendo uma manutenção eficiente. Quando se faz inspeção da máquina, prioriza-se o problema detectado, programando a correção para o momento não produtivo (após o turno, fins de semana, época de chuvas) para não perder a disponibilidade da máquina.” Disse ainda que é importante avaliar os indicadores de alerta, como aquecimento excessivo, por meio de inspeção periódica, análise de fluidos, ouvir relato do operador e manter o histórico do equipamento.

Visita às instalações

Após almoço oferecido aos visitantes, foi feita uma visita às instalações com o acompanhamento de um técnico que explicou cada tipo de ação que era desenvolvido em cada parte da oficina. Também, visitaram-se o almoxarifado com explicações sobre as peças mantidas, as formas de expedição, a área de recuperação e restauração das peças usadas e a área onde é feita a monitoração em tempo real dos equipamentos em campo. Após a visita às instalações, o técnico Erich Penido do Centro de Manutenção fez uma demonstração do monitoramento em tempo real.

No encerramento das atividades do dia, os visitantes foram agraciados com brinde da Caterpillar. ■

Vimax. Solução em peneiramento.

Líder na fabricação de telas de aço, poliuretano e borracha para sistemas de classificação de minérios e agregados.

PESQUISA • DESENVOLVIMENTO • INOVAÇÃO • TECNOLOGIA DE PONTA • CONFIABILIDADE • ATUAÇÃO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

Telas para Peneiras Vibratórias

Telas de Aço



- Elevada resistência à abrasão.
- Ampla gama de aberturas.
- Malhas quadradas e retangulares.
- Ondulações simples, plana, reversa e multiondulada.
- Linha completa de acabamentos laterais.
- Fabricadas em aço carbono, aço manganês, inox e outras ligas.

Telas de Borracha



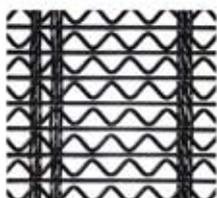
- Usadas nas separações primárias, secundárias e terciárias.
- Alta resistência a impacto e abrasão.
- Nova linha para classificação e peneiramento de finos.
- Malhas quadradas ou retangulares a partir de 2 mm.

Telas de Poliuretano



- Classificação via úmida e desaguamento.
- Abertura de malha a partir de 0,15 mm.
- Elevada resistência à abrasão.
- Produzida com poliuretano *Max-Premium* de alta performance.

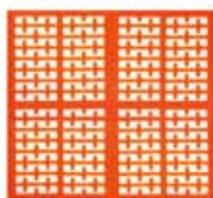
Telas Autolimpantes



VENOMAX - Aço



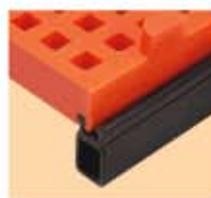
KLEEN - Borracha



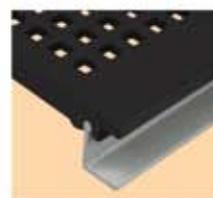
ZIP - Poliuretano

- Desenvolvida para atender processos críticos de peneiramento.
- Indicada para classificação de materiais com elevado teor de umidade e percentual de finos.
- Solução para entupimento e cegamento das aberturas de malhas.
- Aumenta a eficiência da classificação.

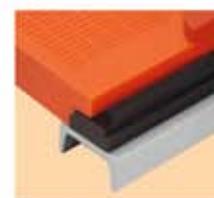
Sistemas Modulares de Fixação



SNAPDECK*



TIPO T



TIPO W

- Fixação sem pinos, parafusos, réguas ou qualquer outro acessório.
- Troca super rápida dos módulos.
- Excepcional redução dos custos de manutenção.
- Maior disponibilidade do equipamento para a produção.
- Produzidos em poliuretano e borracha.



Departamento de Engenharia e Assistência Técnica para orientá-lo desde o projeto até a instalação dos produtos.

- **PARCEIROS INTERNACIONAIS**
- **SUORTE TÉCNICO**
- **EXCELENTES PRAZOS DE ENTREGA**



Membro da

WEAR media
alliance

Global Solutions in Abrasion and Screen Technologies

Líder mundial em soluções para peneiramento

VIMAX

VMX do Brasil Ind. e Com. Ltda.
Rua Guaiaúna, 180 - 2º andar - São Paulo - SP - Brasil - Cep 03631-000
Tel.: (11) 2293-8311 - Fax: (11) 2294-5547
e-mail: vendas@vimax.com.br - www.vimax.com.br

SOMAR COMPLETA 25 ANOS E GARANTE PODER SUPRIR BOOM NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Carla Dutra

Uma das mais importantes empresas do setor da mineração de areia no Rio Grande do Sul, a Somar - Sociedade Mineradora, completou 25 anos de atividades em agosto deste ano com um dado alentador: tem mais de 75 milhões de metros cúbicos de reservas, confirmados por 300 furos de sondagem executados neste ano. A quantia é suficiente para atender o crescimento de demanda esperado para os próximos cinco anos com obras para a Copa de 2014 e a perspectiva de que grandes obras, como a construção da Rodovia do Parque (BR-448), a extensão do metrô até Novo Hamburgo, a construção da Arena do Grêmio e a reforma do Beira-Rio, finalmente saiam do papel.

Ao comemorar o aniversário da empresa, a diretora-executiva da empresa, Veronica Della Mea, recebeu clientes, fornecedores, empresários do setor e representantes de órgãos ambientais no British Club, em Porto Alegre, e ressaltou a preocupação da empresa em crescer com consciência ambiental. “Sempre procuramos fazer mineração da maneira mais correta, seguindo as normas legais e respeitando o meio ambiente”, afirmou. Responsável pelo aproveitamento de areia em uma jazida de 22 quilômetros localizada no principal rio do Estado, o Jacuí, a Somar foi a primeira empresa do Brasil a implantar, em abril de 2008, o uso do GPS nas 16 dragas que operam em suas concessões, possibilitando que suas atividades sejam monitoradas 24 horas por dia pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam). O sistema, que hoje é utilizado apenas no Rio Grande do Sul e pela Petrobras na Bacia de Campos, permite que técnicos do órgão verifiquem se a extração



Veronica Della Mea

de areia está sendo feita nos lugares e horários determinados pelas licenças ambientais, e que suspendam as atividades, remotamente, em caso de irregularidades. Esta e outras

iniciativas da Somar garantem que, em um quarto de século, ela jamais tenha sofrido uma notificação, autuação, multa ou condenação ambiental. Em um setor em que há grande



FOTOS: Charles Dias/Divulgação

fiscalização, ninguém opera por 25 anos no mesmo lugar sem receber autuação se não estiver agindo rigorosamente dentro da lei”, pondera a diretora-executiva da mineradora, Veronica Della Mea.

Presidente do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Baixo Jacuí, Cláudio Moraes, destacou a atuação da empresa. “É uma grande parceira na sustentabilidade, pois usa o rio sem prejudicá-lo. Além disso, criou o projeto Elo Verde, incentivando a recomposição da mata ciliar. Proprietários interessados em plantar árvores procuram o Comitê, que conta com a ajuda da Somar, responsável pela parte técnica e por oferecer as mudas”, resume.

Com concessão para atuar em um trecho do Baixo Jacuí que inclui os municípios de Charqueadas, São Jerônimo e Triunfo, a Somar retira em torno de 1,5 milhão de metros cúbicos de areia por ano, abastecendo Porto Alegre e Região Metropolitana, e tem a tecnologia como aliada. Usa dois tipos de dragas, a de sucção, que é móvel, ou a draga Rosário, fixa. Para garantir que não haja irregularidades em sua área de atuação, as 16 dragas fixas ou móveis, terceirizadas, são monitoradas diariamente por três equipes de fiscalização da empresa, que atuam 24 horas por dia. Com periodicidade e horários alternados, os fiscais da Somar visitam as dragas e verificam itens como o funcionamento dos GPSs, os equipamentos de segurança (coletes salva-vidas, boias circulares, material de primeiros socorros, equipamentos individuais de proteção) e a documentação das dragas, tais como licença de operação e seguro obrigatório. São eles, também, os responsáveis por permitir o início e o término diário da dragagem, seguindo os horários determinados pelo órgão ambiental.

Engenheiro de Minas e diretor técnico da empresa, René de Ma-

tos Caraméz, destaca que, se feita de acordo com as normas vigentes, a extração de areia pode ser benéfica não só para a empresa, mas também para a população. “Reduz possibilidades de enchentes, aumenta a profundidade, auxiliando na navegação e, quando a quantidade de água aumenta, reduz a velocidade do rio, reduzindo a influência do volume junto às margens, o que ajuda na conservação das mesmas”, avalia.

Empresa investe em projetos ambientais

Com foco na educação ambiental e no replantio de mata nativa em áreas ribeirinhas dos municípios que integram a bacia hidrográfica do Baixo Jacuí, a Somar criou, em 2003, o projeto *Margens Vivas*. Como parceiros na ação que já distribuiu e plantou milhares de mudas, a empresa tem o Grupo Ecológico S.O.S. Jacuí e a HAR - Engenharia e Meio Ambiente Ltda.

Entre as ações do *Margens Vivas*, está a criação do primeiro arboreto didático do país em uma escola, o Instituto Estadual de Educação, em São Jerônimo. Na coleção de plantas em cultivo, inaugurada neste ano, crianças e adolescentes têm aulas práticas de educação ambiental, conservação de espécies, formações florestais do Rio Grande do Sul, entre outros.

Foi também a partir de uma proposta da mineradora, que o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Baixo Jacuí criou o Projeto Elo Verde, a fim de conscientizar proprietários de terras localizadas às margens do rio sobre a importância de reconstituir a mata ciliar. O Comitê se tornou um mediador para que os donos das terras aceitem que as mudas sejam plantadas. Os proprietários procuram o Comitê, que faz o elo com a Somar, responsável pela parte técnica do plantio e pela oferta de mudas. ■

BOMBAS DE POLPA PARA MINERAÇÃO, DRAGAGEM E EXTRAÇÃO DE AREIA E CASCALHO



85 ANOS

BOMBAS ALTONA

Resistência a abrasão
Ótima relação custo x benefício
Material: Alto Cromo

MODELOS

14" x 12" - Série 600
12" x 10" - Série 350
10" x 08" - Série 250
6,5" x 6,5" - Série 120

ALTONA

www.bombas.altona.com.br

Altona Divisão Dragagem

dragagem@altona.com.br

Tel. 55 21 2262-1639

ELECTRO AÇO ALTONA S.A.

Rua Engº Paul Werner, 925 - CEP 89030 900 - Blumenau - SC - Brasil

bombas@altona.com.br - Tel. 55 47 3321-7771

CATERPILLAR CELEBRA 55 ANOS NO BRASIL

A Caterpillar Brasil completa este mês 55 anos de atividades. Localizada em Piracicaba, interior do Estado de São Paulo, é considerada uma das mais importantes bases de exportação para mais de 120 países, fato que lhe conferiu em 2008 a posição de 17ª maior exportadora brasileira e 4ª do Estado de São Paulo.

A Caterpillar instalou-se no Brasil em 1954, no Bairro da Lapa, com um armazém para comercialização, produção e estocagem de peças. Em 1955, adquiriu uma área de 164.000 m² no bairro de Santo Amaro, zona sul de São Paulo, onde construiu sua primeira fábrica no Brasil e, em 1960, começou a fabricar seus equipamentos. A primeira máquina produzida foi a Motoniveladora 12E.

Em 1973, adquiriu uma área de quatro milhões de metros quadrados em Piracicaba, onde começou a funcionar em 1976 sua segunda fábrica. Para simplificar processos, reduzir custos e aumentar a competitividade de seus produtos no mundo, a Caterpillar Brasil consolidou em 1993 suas operações administrativas e industriais na unidade de Piracicaba. A empresa conta hoje com uma estrutura fabril moderna, organizada e flexível que proporciona tecnologia e qualidade e alta velocidade para atender às necessidades dos clientes. Sua área construída é de 214 mil de metros quadrados e área total, de 3,8 milhões de metros quadrados, abriga também uma área de demonstração e treinamento para revendedores e também o CEC - Clube dos Empregados da Caterpillar.

Sua linha de produtos é composta de 35 de modelos de classe mundial entre escavadeiras hidráulicas, compactadores, carregadeiras de rodas, motoniveladoras, retroescavadeiras e tratores de esteiras, além de ferramentas e acessórios especiais para seus equipamentos. Em outubro de 2001, ingressou no mercado de energia, com a produção de grupos geradores de 50 a 750 kVA.

A empresa tem o compromisso de oferecer as melhores soluções para seus clientes, constantemente adequadas às suas necessidades de mudanças, fundadas em operações de classe mundial, socialmente responsáveis, e em pessoas capacitadas, criativas e promotoras da qualidade em seu ambiente de trabalho.

A seus 4.200 empregados oferece um plano de remuneração total abrangente. A empresa acredita que investir no constante aperfeiçoamento de seus recursos humanos e em alta tecnologia é a melhor maneira para manter um ambiente organizacional saudável e motivador e, com isso, exceder as expectativas de seus clientes e satisfazer seus acionistas.

Em sua fábrica de Piracicaba, está instalada uma eficiente estação de tratamento de efluentes industriais e sanitários. Boa parte da água consumida é reciclada e a parte descartada é devolvida ao Rio Piracicaba limpa. A empresa eliminou de seu processo produtivo, as substâncias nocivas à saúde e à atmosfera, como o cromato de chumbo da tinta, o cádmio, o amianto das peças e substâncias clorofluorcarbonadas. Investiu na suspensão das tubulações e tanques de óleos para evitar possíveis contaminações do solo e do lençol freático. Tem obtido bons resultados na reciclagem de óleos, papéis, metais e plásticos. Há muitos anos co-processa seus resíduos industriais sólidos (lama industrial e borra de tinta) em fornos de cimento. No ano passado, inaugurou um prédio novo, denominado Prédio C, que incorpora tecnologias sustentáveis de

iluminação, sistema de reuso de água de chuva, aquecimento solar e ventilação natural. A Caterpillar reutiliza cerca de 60% da água que consome para fins sanitários e recicla 97% dos resíduos sólidos gerados.

A empresa conta com programa de responsabilidade social para promover a sustentabilidade da comunidade local. Entre os diversos projetos de que participa, destacam-se a Agenda 21, de Piracicaba, e o Projeto Pequeno Cidadão, que, em parceria com o Sesi-Piracicaba, cuida de 100 adolescentes da região mais pobre do município. Em parceria com a Apae, mantém na fábrica aprendizes que desenvolvem terapia ocupacional na empresa. Apóia também a cultura local.

A Caterpillar é incentivadora da Fundação Floresta Tropical (FFT) para a preservação da Floresta Amazônica e da The Nature Conservancy (TNC) para proteger e recuperar as nascentes de água doce. Desenvolve modelos sustentáveis para a preservação de água, florestas e energia e qualidade de vida. Para difundir os conceitos de sustentabilidade, conta atualmente com dois projetos educacionais: o LixoUtil, que destaca a importância da reciclagem e de soluções para a redução do lixo urbano, e o Planeta H2O, criado para alertar sobre a escassez da água.

O resultado desse empenho é traduzido nas certificações de excelência obtidas pela Caterpillar Brasil: ISO 9002 (1994), MRP II Classe A (1999), Excelência Operacional (2000), ISO 14001(2001) e ISO 9001:2000 (2003). Sua excelência foi reconhecida com a conquista do Prêmio Nacional da Qualidade/1999. A empresa dispõe do mais moderno parque industrial de seu setor, fazendo parte de uma elite que conquistou e mantém a certificação de Excelência Operacional, fato que lhe assegura grande competitividade e divisas para seus produtos ao redor do mundo. Há seis anos consecutivos é eleita como uma das melhores empresas para se trabalhar no Brasil e América Latina, segundo pesquisas do Great Place to Work Institute e Guia Você S/A Exame. Este ano foi eleita a Melhor Empresa para Trabalhar no Brasil pelas duas pesquisas.

Atualmente orientada pelo Sistema de Produção Caterpillar e metodologia 6 Sigma, a Caterpillar está sempre pronta a desbravar as fronteiras das décadas que estão por vir.

DIA ESTADUAL DA MINERAÇÃO É COMEMORADO EM SÃO PAULO

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) realizou no dia 09 de setembro, o “Dia Estadual da Mineração”, recém-instituído pelo governador José Serra, que sancionou o projeto de lei 620/2008, de autoria do deputado João Caraméz.





O evento, que foi realizado na capital paulista, contou com cerca de 100 participantes, entre lideranças empresariais do setor mineral, presidentes de sindicatos e associações do setor, deputados que compõem a Frente Parlamentar de Apoio a Mineração no Estado de São Paulo (Fpam) e representantes dos órgãos do governo relacionados ao setor mineral.

A data foi escolhida porque no dia 9 de setembro do ano passado, a Fpam apresentou o primeiro relatório dos trabalhos desenvolvidos desde a sua constituição.

O documento apresenta um panorama atualizado da mineração paulista, os principais entraves que afetam o setor e as propostas para o seu desenvolvimento sustentável. “A Fpam, além de fazer jus a todos que atuam na área da mineração, trabalhadores, empresários e técnicos, dentre outros, é uma oportunidade para destacar, anualmente, a importância do setor e ampliar a sua divulgação e os seus benefícios junto a toda a sociedade”, afirmou o deputado João Caraméz, que é coordenador da Fpam.

O diretor-geral do DNPM, Miguel Nery, compareceu ao evento e destacou a importância da ação para a mineração paulista, evidenciando o setor mineral, o seu papel social como fornecedor de matéria prima para a indústria e, em particular para a construção civil, já que sem a mineração a humanidade não teria acesso ao conforto que a civilização moderna propicia a cada cidadão. “É um justo reconhecimento à indústria mineral. A Fpam e a Fiesp estão de parabéns pela importante iniciativa de registrar a passagem desta data realizando este ato de congratamento”, ressaltou.

A base da produção mineral paulista constitui-se da extração de areia, cascalho, argilas (comum e plástica) e de pedras britadas. Segundo o Anuário Mineral Brasileiro (2006), o estado de São Paulo produziu substâncias minerais no valor superior a R\$ 2 bilhões, de um total nacional de quase R\$ 31 bilhões, ou seja, mais de 6% da produção do país. Com base nesses valores, esse desempenho coloca São Paulo em quarto lugar no cenário da produção mineral brasileira, atrás apenas de Minas Gerais, Pará e Goiás.

A mineração paulista é constituída basicamente de minerais não metálicos, extraídos em pequenas e médias minerações (cerca de 2500 lavras em atividade) e comercializados ou utilizados pelos próprios produtores, predominantemente, dentro dos limites do território do estado.

ESTADO PODERÁ TER COORDENADORIA DE MINERAÇÃO

A Frente Parlamentar de Apoio à Mineração (FPAM), coordenada pelo deputado estadual João Caraméz (PSDB) está prestes a atingir uma das principais metas almejadas desde sua

constituição, na Assembleia Legislativa, em 2007: a criação de um órgão gestor de mineração para que o Estado possa ter uma política pública para o setor mineral.



Secretaria Dilma Seli Pena recebe deputados da FPAM

Em 26 de agosto, a secretária de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, Dilma Seli Pena, em audiência com os integrantes da FPAM, se comprometeu a encaminhar para a Secretaria de Gestão Pública proposta de criação de uma Coordenadoria de Mineração para tratar exclusivamente das questões minerais no Estado.

A notícia foi comemorada por Caraméz e por todos os integrantes da Frente, já que esta é uma das principais solicitações da FPAM. “A criação desta coordenadoria será essencial para que São Paulo possa desenvolver um trabalho de planejamento, coordenação e implantação de ações que garantam o suprimento dos recursos minerais produzidos no Estado e que são essenciais para o nosso dia a dia – da água mineral e do copo onde bebemos até a casa onde moramos”, explicou o deputado Caraméz, lembrando que “São Paulo, como locomotiva da Federação, não pode prescindir de um órgão que responda pelo setor e seja o seu interlocutor junto aos demais Estados e, especialmente, junto à União, participando ativamente de todas as discussões referentes ao novo marco regulatório da mineração”.

Dilma concordou com os argumentos apresentados pela FPAM. “Apresentaremos a proposta de criação desta Coordenadoria, que terá a atribuição exclusiva de cuidar e acompanhar as demandas do setor até o consumo final, se responsabilizando por todas as interfaces, sejam elas no âmbito municipal, estadual e da União”, afirmou a secretária. Segundo ela, a criação de uma Coordenadoria possibilitará a formação de uma equipe de trabalho exclusiva para cuidar dos assuntos do setor mineral, já que 95% das atividades desenvolvidas pelos técnicos da Secretaria estão relacionadas às questões energéticas.

O deputado estadual Samuel Moreira (PSDB), integrante da Frente, também participou da audiência.

ALERJ TERÁ FRENTE PARLAMENTAR DE APOIO À MINERAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Rio aprovou na última quinta-feira (24/09) o Projeto de Resolução no 861/2009, criando a Frente Parlamentar de Apoio à Mineração no estado, acatando a sugestão da Comissão de Minas e Energia, através do seu presidente, Deputado Glauco Lopes. A Frente se propõe a ser um espaço para a discussão sobre o setor de mineração no estado, se justificando pela necessidade de estímulo ao setor, que poderia ser beneficiado pela grande quantidade de investimentos no estado. Entre as propostas da Frente está a discussão do novo Marco Regulatório Mineral. Segundo o texto aprovado, caberá à frente analisar e manifestar-se sobre leis relacionadas à mineração e sua cadeia produtiva; acompanhar a política oficial de desenvolvimento da mineração estadual e nacional e promover a ampliação das relações do Governo estadual com o Ministério de Minas e Energia, e a articulação entre os órgãos de controle, fomento e fiscalização deste setor produtivo e a sociedade.

FURLAN LANÇA NOVOS PRODUTOS

Nos dias 4 e 5 de agosto último, a Máquinas Furlan fez o lançamento de seus novos produtos: o britador de mandíbulas JC 1300 e a linha de britadores cônicos XP. Do evento participaram clientes de várias regiões que conheceram os novos produtos e ouviram palestras feitas por Claudinei Ailson Pleul, gerente de Engenharia de Desenvolvimento e Aplicação da Furlan, e por Carlos Eduardo Cabral, consultor técnico, que falaram sobre produtividade, durabilidade, qualidade e especificações técnicas dos britadores. Para Wagner Zutin Furlan, diretor do Conselho de Administração, o investimento em novos equipamentos busca atender as necessidades dos clientes de produto mais robusto e produtivo. “Estamos sempre em busca de melhorias e aprimoramento de nossas máquinas”, disse.

Os novos equipamentos foram resultado do trabalho da Engenharia de Desenvolvimento e Aplicação. Seus profissionais trabalharam por cerca de um ano na criação do JC1300 e da nova linha XP. Pleul disse que o JC1300 atende o mercado que pede equipamentos maiores. O novo britador tem boca real de 1300 x 1150 mm e pode ser oferecido com motor acoplado. Apesar do grande porte, com câmara de britagem profunda, ele foi projetado para potência de 250 CV.

A linha de cones da Furlan teve alterações de projeto, sendo a principal o sistema de ajuste através de rosca com motor hidráulico. Oferece ainda uma leitura digital de abertura através de um IHM (Comando Lógico Programável) que monitora os intertravamentos com os componentes da unidade hidráulica. Pleul explica que as máquinas mantêm as características de robustez de acordo com o projeto original e que a câmara de britagem foi redimensionada para entrada de pedras maiores.

PEDREIRA VIRTUAL PARA AJUDAR TREINO EM GERENCIAMENTO

Uma pedreira de 62.000 m² está sendo criada na Universidade de Derby para ajudar a preparar futuros trainees da indústria de agregados. Entretanto, não há uma frente de lavra real ou pilhas de material, já que a pedreira está sendo desenvolvida em uma plataforma de realidade virtual “Second Life”. Este projeto de £\$ 20.000 é uma colaboração entre a universidade e o Institute of Quarrying, entidade profissional internacional para mineração (quarrying), materiais de construção e indústrias extrativa e de processamento relacionadas.

Os pesquisadores da Derby estão tornando a pedreira extraordinariamente parecida com um verdadeiro. Nenhum detalhe está sendo esquecido, usando-se, por exemplo, fotos de frente de lavra reais para ajudar a criar os projetos. O resultado será oficialmente lançado na universidade em outubro de 2009, quando os convidados do evento terão a chance de ver o programa em ação. Os trabalhos iniciais do projeto iniciaram-se em julho de 2008.

Para os estudantes será oferecido um programa completo de opções de treinamento. Isso inclui monitorar sua habilidade para gerenciar uma série de tarefas diferentes tais como simular desmontes e monitorar a estabilidade das faces de rocha.

A vantagem da pedreira em realidade virtual é que estudantes podem testar seus conhecimentos e habilidades em ambiente

real, mas inteiramente sem risco, de tal forma que erros podem levar a perda de pontos na nota mas não a acidentes.

Peter Radcliff, gerente de desenvolvimento de ensino a distância, que administra os trabalhos da pedreira virtual no Centro de Desenvolvimento Educacional e Mídia (CEDM) da universidade, disse: “Nos próximos anos, prevemos o uso crescente da tecnologia do mundo virtual para permitir aos estudantes interagirem com ambientes que são ou muito caros, ou perigosos ou mesmo impossíveis de lidar na vida real”. O braço de negócios da universidade, University of Derby Corporate, vai buscar juntar interessados dentro do setor para a nova tecnologia e também buscar saber quais outras indústrias poderiam se beneficiar

INDÚSTRIA CIMENTEIRA CHINESA – NOVA FASE DE ALTAS

Na primeira metade de 2009, a indústria cimenteira chinesa cresceu muito no geral. Segundo o Departamento Nacional de Estatísticas, a produção total de janeiro a junho chegou a 734,6 milhões de toneladas, crescendo 14,9% em comparação ao mesmo período de 2008. Por causa do crescimento no investimento e a recuperação da indústria imobiliária, a demanda por cimento também cresceu. Em comparação ao ano anterior, os preços também subiram, mas como a capacidade de produção melhorou muito rápido, o aumento do preço do cimento foi pequeno.

No segundo semestre de 2009, a condição da indústria chinesa do cimento será muito melhor que o primeiro semestre. Em primeiro lugar, a capacidade de produção deve continuar a expandir. Em segundo lugar, com o investimento em infraestrutura e a recuperação do mercado imobiliário, a demanda vai crescer muito. A relação entre suprimento e demanda será melhor e a previsão para o preço é otimista. Além disso, a eliminação de plantas de baixa capacidade, a melhora da concentração industrial e a da cadeia industrial das empresas cimenteiras, tudo isso vai promover o desenvolvimento da indústria cimenteira chinesa.

A produção deve continuar a crescer significativamente. Contudo, o governo começou a se preocupar com a excessiva liberação da capacidade produtiva e deve tomar algumas medidas para controlar a tendência. Portanto, o nível de crescimento da capacidade deve ser reduzida, o que é bom para o desenvolvimento saudável da indústria. A partir do fim de junho, a Comissão de Desenvolvimento e Reforma da China começou a investigar as saídas, a capacidade de produção, investimentos e outros fatores da indústria do cimento para aumentar o controle macro sobre ela. O Ministério da Indústria e Informação Tecnológica também investiga o ajuste da estrutura cimenteira em julho. Tudo isso sugere que a capacidade de produção deve cair e o preço do cimento aumentar controladamente.

Em relação à demanda, com o investimento em infraestrutura e a recuperação do mercado imobiliário, ela cresceu muito. O pacote de estímulo de 4 trilhões de RMB (US\$ 586 bilhões) que foi aprovado pelo Conselho de Estado da China está principalmente focado na construção da infraestrutura. Como indústria básica, cimento é necessário em quase todos os projetos. Com o crescimento do investimento, a demanda deve ter um futuro brilhante. Como importante apoio para a

indústria, a recuperação do setor imobiliário, que tem de cerca de 30% de participação na demanda do cimento, vai estimular o crescimento.

Em relação ao preço, devido aos mesmos fatores e a provável redução da capacidade produtiva devido a restrições do governo chinês, o preço do cimento deve entrar em nova fase de aumento. Como a economia chinesa se mostra crescente, o preço do carvão deve começar a aumentar também, o que acrescenta novos custos à produção do cimento.

Em relação às políticas, o desenvolvimento da indústria do cimento é muito dependente das políticas de restrições sobre a capacidade de produção. É também importante eliminar a produção das fábricas mais antigas. Além disso, o governo deve incentivar a reorganização e a cooperação entre as empresas para elevar a concentração industrial, o que deve melhorar a possibilidade de negociação com os fornecedores e controlar os consumidores. O governo deve também encorajar as empresas a entrar na produção de produtos finais, como o concreto, para prolongar a cadeia da indústria.

INDÚSTRIA DO CIMENTO BUSCA REJEITO ZERO

O concreto, o principal produto criado a partir do cimento, é o segundo produto mais consumido do mundo, ficando atrás só da água. Entretanto, sua taxa de reciclagem varia muito de região para região. A Holanda, por exemplo, impediu que rejeitos de concreto possam ser enviados a aterros, de forma que quase todo o concreto é reciclado. No outro lado do espectro, dados mostram que Portugal e Espanha recuperam uma parte muito pequena dos resíduos de construção e demolição (RCD).

Uma organização criada por empresas cimenteiras, Cement Sustainability Initiative (Iniciativa para Sustentabilidade do Cimento), pretende que aterros com resíduos de concreto caiam para zero pela divulgação do benefício do reuso do concreto em um novo relatório “Reciclando Concreto” (Recycling Concrete).

Concreto é feito de cimento agregado graúdo (brita ou cascalho), agregado miúdo (areia) e água. Como se trata de produto que usa cimento, a indústria tem só uma participação indireta na meta do Aterro Zero. No entanto, busca outras metas ambientais como reduzir a emissão dos gases de efeito estufa, já que a indústria do cimento é responsável por 5% da emissão global desses gases. Para atingir o Aterro Zero, CSI recomenda obtenção de melhores dados estatísticos, criação de metas para o uso de concreto reciclado em construção de estradas, pesquisa para identificar melhores práticas de reciclagem e melhoria da educação para difundir os benefícios em reciclar o concreto.

JUÍZA MANDA GOVERNO DE CONNECTICUT PAGAR MAIS POR PEDREIRA

Juíza da Corte Superior ordenou que o Estado de Connecticut pague quase \$20 milhões a mais que o que tinha feito pela pedreira de Brookfield que desapropriou em 2004 para construir um desvio para a Rodovia 7. O Departamento de Transporte estadual pagou ao proprietário, Rock Acquisition LP, \$4,1 milhões quando ele se apropriou da área, mas a juíza Barbara J. Sheedy, em uma decisão de 50 páginas, ordenou que DOT (Department of Transport) pagasse \$22,9, acrescidos de juros pelo tempo decorrido desde o primeiro pagamento. O caso vinha se arrastando por anos e, ano passado, a juíza ouviu quatro peritos, dois contratados pelo DOT e dois pela

Rock. Os valores dos peritos variavam de \$2,4 a \$4,1 milhões, para os indicados pelo DOT, a \$25 a \$29 milhões, para os da Rock.

Na decisão, ela afirmou que o uso da terra mais indicado seria instalar uma pedreira e a questão central do caso era quanto os minerais da propriedade valiam. Ela achou que nenhum dos dois especialistas do Estado demonstrou preparação, experiência ou credencial profissional para dar uma valoração adequada e que suas perícias foram feitas para minimizar o valor da pedreira. Desconsiderou também que o valor de \$25 milhões dado por um dos peritos por entender que sua metodologia era de pouco crédito. Sobre a valorização de \$29 milhões, ela achou que ela estava inflada em \$6 milhões no item “faturamento futuro”, pois o considerou que uma operação de aterro no local era especulativo e concluiu que o preço justo seria \$22,9 milhões.

Além disso, a juíza considerou fora do razoável o atraso de sete anos do DOT – de 1997 a 2004 – entre o momento em que disse da necessidade de desapropriar a área até quando a assumiu em 2004. Disse que o departamento se conduziu de forma pouco profissional, com falta de diligência e pouco escrupuloso.

DOT não sabe se vai apelar da sentença.

PRESIDENTE DA TRACBEL RECEBE HOMENAGEM DA ACMINAS

O presidente da Tracbel, Luiz Gonzaga, foi homenageado pela ACMinas (Associação Comercial de Minas), que congrega empresas de diversos portes e atividades econômicas do Estado de Minas Gerais. O executivo recebeu a Medalha ACMinas



do Grande Mérito Empresarial e o diploma como reconhecimento por sua gestão e direção empresarial frente à Tracbel. “Esta premiação é motivo de muito orgulho, pois vem coroar um trabalho sério desenvolvido por toda nossa equipe, que busca constantemente oferecer os melhores produtos e um excelente atendimento pós-venda aos nossos clientes”, diz Gonzaga.

Em 2008, a Tracbel obteve a sua melhor performance dos últimos dez anos, apresentando um faturamento de US\$ 235 milhões, 13% a mais com relação ao ano anterior. Além disso, a Tracbel irá investir, até 2011, cerca de R\$ 100 milhões na expansão de sua rede, inauguração de novas unidades e ampliação das existentes. Deste montante, R\$ 20 milhões serão direcionados ao Estado de Minas Gerais.

Fundada há 42 anos, a Tracbel possui 22 unidades, entre pontos-de-venda completos, postos avançados de serviços e escritórios comerciais, que representam as marcas Volvo Construction Equipment, Massey Ferguson, Michelin e Clark. São mais de 530 colaboradores, distribuídos em todas as suas bases de operação, localizadas em dez estados brasileiros e no Distrito Federal.

CATERPILLAR JÁ VÊ FIM DA CRISE

Al Frase, gerente de Soluções e Suporte ao Produto da Divisão Global de Mineração da Caterpillar, disse que a companhia já vê uma reversão da crise mundial. Sua divisão, disse, “está vendo benefícios das mudanças que a Cat colocou em marcha” desde que a redução drástica do crédito atingiu em cheio o mundo. “Embora ainda haja muita incerteza na economia mundial, minerais continuam sendo essenciais para atender à crescente população do globo”.

Segundo ele, a Caterpillar está focada e preparada para a reversão esperada na economia. “Nós realinhamos a companhia toda criando uma estrutura mais simples, mais eficiente, mais focada no cliente e mais dirigida ao mercado. Também temos nossos processos ajustados para o ciclo de crescimento, começando por nossas fábricas onde continuamos a estabelecer o Sistema de Produção Caterpillar.”

Frase disse que “para ter certeza que estaremos preparados, nos juntamos com um grupo de empresas de mineração e com nossos dealers para afinar nossos processos de previsão”. Algumas dessas informações trouxeram dados sobre as necessidades futuras de peças. A empresa também trabalha com os fornecedores para reduzir custos. “A Divisão de Mineração tem uma equipe dedicada que trabalha com mineradores e representantes em um grande número de projetos de melhorias. Continuamos a investir nesse trabalho vital mesmo na fase de queda da atividade”.

Tecnologia e desenvolvimento de máquinas não foram afetados durante a crise. “Continuamos a investir em R&D de uma forma muito agressiva. 2009 vai constar na história da Caterpillar como sendo o segundo melhor anos em termos de investimento em R&D”, afirmou.

Falou também do envolvimento da Cat com o Conselho para a Segurança dos Equipamentos de Movimento de Terras (Earth Moving Equipment Safety Round Table), que foi formado em 2006 para estabelecer processos de engajamento entre clientes minérios e autoridades de segurança do trabalho. A ação foi encetada para acelerar o desenvolvimento e adoção de projetos de equipamentos de terraplanagem para minimizar os riscos para com a saúde e segurança.

Sobre previsões, Frase disse que as principais tendências até 2012 são: demanda para commodities cresce em 2010; previsão de preço para as commodities favorável para investimento; redução de investimento em capacidade de mina em 2009 e 2010; idade média da frota permanece alta. Disse ainda que o ciclo de substituição de equipamentos não se completou no último ciclo de alta. Provavelmente, o próximo ciclo de alta verá uma situação pior nos equipamentos e na falta de mão de obra qualificada que a vista em 2007 e 2008.

CONGRESSO SOBRE RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA EM CURITIBA

O Congresso Iberoamericano e do Caribe sobre Restauração Ecológica será realizado de 11 a 13 de novembro, no auditório do Cietep/FIEP, em Curitiba. Nos dias 9 e 10 de novembro, serão realizados mini-cursos sobre o tema do evento, na Universidade Federal do Paraná (UFPR). O evento é uma realização da Sociedade Brasileira de Recuperação de Áreas Degradadas (Sobrade), Rede Iberoamericana e do Caribe de Restauração Ecológica (Rioacre) e da Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná (Fupf) da UFPR.

O diretor-presidente da Mineropar, Eduardo Salamuni, afirma que será importante a participação dos representantes da mineração paranaense no Congresso, principalmente dos setores de cal e calcário. A Mineropar é uma das apoiadoras e participa do evento.

O Congresso contará com vários palestrantes de renome nacional e internacional. A primeira apresentação, no dia 11, será sobre “Os Desafios da Restauração Ecológica para o Século 21”, ministrada por Francisco Comin, da Society for Ecological Restoration (SER) International e Instituto Pirenaico de Ecologia de Zaragoza, na Espanha. Em seguida, o tema a ser abordado será Panorama da Restauração Ecológica no Brasil, com conferências de James Griffith, da Universidade Federal de Viçosa, e Giselda

Durigan, do Instituto Florestal de São Paulo. Ainda no dia 11, à tarde, serão realizadas duas apresentações sobre “Conservação e Restauração dos Bosques “Sempre Verdes” do Sul do Chile”, por Fernando Bustos, Pablo Donoso e Antonio Lara, da Universidade Austral de Chile, e sobre “Fundamentos Práticos da Restauração x Paradigmas”, por Renato M. Jesus, diretor operacional da Symbiosis Investimentos e Participações (Brasil).

No dia 12, serão realizadas cinco apresentações pela manhã: “A Recuperação do Capital Natural – Uma Prioridade Humana, Econômica e Ecológica”, por James Aronson, do Centre for Functional and Evolutionary Ecology (CEFE, CNRS), Montpellier; “Estado da Arte da Restauração Ecológica no Caribe”, por Jesus Matos Mederos, Empresa Nacional para la Protección de la Flora y Fauna, Cuba; “Processos Ecológicos Sustentando a Restauração da Mata Atlântica”, por Ricardo Ribeiro Rodrigues, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da USP; “Indicadores de Sucesso na Restauração Ecológica”, por Vera Lex Engel, da Unesp de Botucatu; e “Engenheiros de Ecossistemas usando Espécies para Restaurações mais Simples e Baratas”, por Efraim Rodrigues, da Universidade Estadual de Londrina.

Na tarde do dia 12, os assuntos a serem abordados serão: “Engenharia Biológica e seu Papel na Reabilitação de Ambientes”, por membros da Federação Europeia de Engenharia Natural; e “Técnicas e Serviços para a Reabilitação de Ambientes Degradados”, por Deflor, Conspizza e Nascentes Fernandes.

No dia 13, último dia do evento, será realizada pela manhã uma sessão de trabalhos voluntários, com apresentação oral, e à tarde duas apresentações: “Princípios da SER Internacional para a Restauração Ecológica”, por Amanda Jorgenson e Sasha Alexander, da Society for Ecological Restoration (SER) International; e a mesa redonda “Reflexão Temática – Avaliação Crítica dos Conceitos, Práticas e Filosofias de Restauração Ecológica”, com representantes da Península Ibérica e Caribe.

A sessão de encerramento está prevista para se iniciar às 17h do dia 13.

Mais informações podem ser obtidas por meio do site www.sobrade.com.br, assim como as inscrições. A Cietep/FIEP está localizado na Avenida das Torres, nº 1.341, Curitiba-PR.

INAUGURADO NOVO CENTRO DE ESTUDOS SOBRE PEDREIRAS

A Princesa Anne, filha da Rainha Elizabeth II, inaugurou o novo centro de estudos de campo de £600 mil criado para explicar a escolares aspectos da extração mineral em pedreiras. O Somerset Earth Science Centre (Centro de Ciências da Terra de Somerset) vai substituir o antigo Centro de Estudos de East Mendip, na pedreira de Whatley. O novo centro em Moon's Hill, Stoke St Michael, fornece aprendizado experimental para crianças e estudantes. As atividades oferecidas estão ligadas ao currículo obedecido no país. Durante a longa visita ao local, a Princesa Anne inaugurou placa comemorativa de bronze e falou com algumas crianças.

O centro criado com essa proposta foi fundado e é gerida pela Mendip Quarry Producers (MQP), associação das principais pedreiras em Somerset. Desde que foi inaugurado em 1997, o Centro de Estudos de East Mendip já recebeu mais de 4.000 visitantes por ano de mais de 50 escolas, faculdades, organizações e clubes. Em 2005, ficou patente que era preciso melhoras nas instalações, ou um novo prédio, para garantir seu futuro. O novo centro oferece salas maiores e melhor equipadas com equipamentos de ensino modernos e condições melhoradas para os alunos com necessidades especiais.

“Para estudos mais avançados, as escolas podem usar o centro para viagens geológicas de campo para os locais mais importantes nacionalmente e para projetos geográficos ligados à indústria das pedreiras”, disse o professor do centro Gill Odolphie. “Os tópicos de ensino cobrem todos os aspectos da extração em pedreiras, desde processamento de rochas até impacto ambiental, mais geografia, ecologia, geologia, carreiras, tecnologia e estudos de negócios”.

TRACBEL INAUGURA NOVA UNIDADE EM SÃO PAULO

A Tracbel SA, um dos maiores distribuidores brasileiros de equipamentos pesados e máquinas agrícolas, expande os seus negócios em São Paulo (SP) com a inauguração de uma unidade localizada na Vila Jaguara, para fortalecer as suas operações na região. “Nosso objetivo é nos consolidar como o melhor distribuidor de equipamentos na capital paulista”, afirma Luiz Gustavo Pereira, vice-presidente da Tracbel. A abertura da nova unidade faz parte do plano de expansão da empresa que prevê, nos próximos três anos, um investimento em torno de R\$ 100 milhões na inauguração de novas sedes, ampliações e melhorias nos pontos-de-venda existentes.

A abertura deste ponto-de-venda é motivado pelo aumento da demanda de máquinas e serviços da Tracbel em São Paulo. No ano passado a empresa cresceu 102% na região em relação a 2007, com a comercialização de 170 equipamentos. Esta é a terceira unidade da empresa no Estado, estando as outras localizadas em Sumaré e Marília, além de um escritório comercial em Ribeirão Preto. A nova filial irá atender os mercados de São Paulo, Baixada Santista e Vale do Paraíba. “Com uma localização privilegiada e estratégica, a nova filial tornará muito mais ágil o atendimento de serviços e peças da empresa”, explica Pereira.

O empreendimento abriga a distribuição da linha completa de máquinas e equipamentos da Volvo Construction Equipment e estoques de peças de reposição, e oferece toda a estrutura de serviços de locação e pós-vendas. A nova unidade distribuirá retroescavadeiras, escavadeiras, motoniveladoras, carregadeiras, minicarregadeiras, miniescavadeiras, rolos compactadores e caminhões articulados, e contará com uma oficina especializada para assistência técnica de produtos compactos. Além disso, uma equipe de mecâtrônicos estará disponível para atender solicitações de todo o Estado. A locação de máquinas (Volvo Rents), segmento em que a Tracbel está investindo R\$ 30 milhões em todo o Brasil, também é um dos serviços da unidade. “Queremos expandir nossa atuação nesta área, com o objetivo de ser uma extensão da frota dos atuais e potenciais clientes, procurando oferecer as melhores soluções ao mercado”, afirma Pereira.

Atualmente, a Tracbel atua nas regiões Norte (Amazonas, Amapá, Pará e Roraima) e Sudeste (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo). Neste ano, a empresa também passará a distribuir equipamentos nos estados de Goiás e Tocantins e no Distrito Federal. Estão previstas ainda para este ano a inauguração de uma filial na cidade de Ribeirão Preto (SP), um Centro de Distribuição em Pederneiras (SP) e uma nova sede no Pará. Com a expansão dos negócios, a empresa espera elevar seu faturamento total em 8% em 2009, para algo em torno de R\$ 570 milhões. Em 2008, a receita foi de R\$ 530 milhões. A empresa planeja comercializar neste ano cerca de 1.700 máquinas, um aumento médio de 10% em relação a 2008.

RESOLUÇÃO SMA - 74, DE 20-10-2009

Dispõe sobre a ampliação dos trabalhos de revegetação como medidas mitigadoras dos impactos causados por empreendimentos minerários no Estado de São Paulo e dá providências correlatas

O Secretário do Meio Ambiente,

Considerando tratar-se a mineração de atividade modificadora do meio ambiente e potencialmente geradora de impactos à paisagem, à topografia e ao solo, entre outros, fazendo-se necessário ampliar medidas mitigadoras de revegetação e monitorar a sua implantação e eficiência,

Considerando os resultados obtidos pela equipe de pesquisadores do Projeto Biota FAPESP e as informações presentes no mapa de “Áreas prioritárias para incremento da conectividade” e “Áreas prioritárias para criação de Unidades de Conservação” resultantes do Projeto Biota FAPESP, resolve:

Artigo 1º - Nos novos processos de licenciamento ambiental e ampliações de atividades minerárias, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, órgão responsável pelo licenciamento ambiental, ampliará as exigências de revegetação aos impactos causados por este tipo de atividade à paisagem, à topografia, ao solo, além daqueles indiretamente relacionados à fauna e flora.

Parágrafo único - A ampliação da revegetação prevista no caput não substituirá o cumprimento das demais exigências e as medidas mitigatórias e compensatórias definidas pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB durante o licenciamento.

Artigo 2º - A emissão das Licenças Prévias e de Instalação de novos empreendimentos minerários e da ampliação daqueles existentes pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB fica condicionada a revegetação de uma área correspondente àquela área de extração solicitada na licença, considerando as escalas da classificação presente no mapa “Áreas Prioritárias para Incremento para Conectividade” do Projeto BIOTA FAPESP, multiplicada por:

I - 6 quando os empreendimentos estiverem em área correspondente a escala de 6 a 8 do mapa;

II - 2 vezes quando os empreendimentos estiverem em área correspondente a escala de 3 a 5 do mapa;

III - 1 quando os empreendimentos estiverem em área correspondente a escala de 1 a 2.

§1º - Ficam dispensadas do cumprimento do caput:

I - as atividades minerárias de subsistência com produção em pequena escala; e

II - o aproveitamento de águas minerais e potáveis de mesa.

§2º - Para a atividade minerária de extração de areia desenvolvida por dragagem em reservatórios e em leito de rios será considerada como área a revegetar a soma da área construída e de atividade ao ar livre.

Artigo 3º - A execução da revegetação prevista no artigo 2º deverá ser realizada preferencialmente em áreas de preservação permanente.

Parágrafo único - Poderão ser utilizadas como áreas para revegetação:

I - Áreas constantes do Banco de Áreas para Recuperação Florestal da Secretaria do Meio Ambiente.

II - Áreas públicas, desde que não sejam alvo de obrigações judiciais ou administrativas determinando sua recuperação, não apresentem passivos ambientais e mediante anuência do Poder Público.

III - Áreas particulares, desde que não sejam alvo de obrigações judiciais ou administrativas determinando sua recuperação, não apresentem passivos ambientais e mediante anuência do proprietário, comprovada a dominialidade da área.

Artigo 4º - A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB deverá explicitar em suas análises que a realização da revegetação tratada no artigo 2º, bem como a obtenção de orientação técnica adequada, são de responsabilidade da empresa de mineração.

Artigo 5º - Os empreendimentos minerários deverão realizar o monitoramento semestral do desenvolvimento da revegetação e da qualidade de águas das cavas, quando couber, na forma e periodicidade definidas na Licença de Operação, até que seja comprovado o restabelecimento dos processos ecológicos que assegurem a sustentabilidade das áreas restauradas.

Artigo 6º - Os relatórios sobre o andamento da revegetação deverão ser enviados anualmente pelas empresas de mineração pela internet, conforme modelo que será disponibilizado no site www.ambiente.sp.gov.br pela Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais - CBRN, acompanhados da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do responsável pelo relatório.

Artigo 7º - A renovação da Licença de Operação de empreendimentos minerários ou a ampliação dos existentes estará condicionada ao equacionamento de passivos ambientais provenientes de infrações cometidas no empreendimento.

Artigo 8º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário. (Processo SMA 13.776-2008) ■

ERRATA: As palestras seguintes deveriam ter sido publicada junto com a reportagem da edição 46 "M & T EXPO 2009 bate todos os recordes."

PALESTRA DO SECRETARIO GERALDO ALCKMIN

Gostaria de cumprimentar em nome do governador José Serra os organizadores do 2º Encontro Latino-Americano da Construção e Mineração e da M&T Expo-2009, essa feira de enorme sucesso que é uma boa resposta à crise. Para essa palestra, preparei um conjunto de medidas que o governo do Estado de São Paulo está tomando para estimular a atividade econômica no nosso Estado que são a garantia do investimento público, incentivo ao investimento privado, apoio e fomento à pequena empresa, expansão do crédito, geração de emprego e empreendedorismo.

Desde a época do saudoso governador Mario Covas, o governo de São Paulo tem feito um esforço para reduzir gastos correntes e aumentar o investimento porque entende que é o investimento que gera emprego direto, indireto e induzido. Este ano será um recorde: são 20,3 bilhões de reais que vão ser investidos. Há pouco ouvi do deputado Caramaz de 30% do asfalto a ser comercializado este ano será no Estado de São Paulo. Teremos obras em todo o Estado: metrô, CPTM, Rodoanel, estradas vicinais, malha rodoviária, saneamento, habitação, educação, enfim em todas as áreas.

São obras que vem gerando empregos desde o ano passado e que vão gerar ainda mais empregos. O BNDES tem uma maneira de calcular emprego: direto é o emprego criado quando se faz a obra; indireto quando se compra coisas para a obra; e induzido o gerado pelo consumo feito pelas pessoas que estão trabalhando em função da obra e usam seu salário no consumo. O grande remédio contra a crise é o investimento, não o gasto corrente do governo. Então, nós vamos investir 20,3 bilhões de reais este ano para ajudar a economia paulista.

Incentivo ao investimento privado

Quando era governador, reduzi muitas alíquotas do ICMS de 18% para 12%. O motivo para essa redução é que a alíquota interestadual é 12%. Imaginem as fábricas instaladas no Estado, que recolhem 18%, terem de concorrer com produtos vindos de outros estados que recolhem 12%. É uma concorrência contra a indústria paulista. Nós reduzimos para 12% e o governador Serra vai prorrogar essa redução até 31 de dezembro.

Outra ação é a **desoneração de investimento de setor estratégico**. É uma ação que está sendo lançada agora e os critérios partem de alguns fatores. O Brasil é um dos poucos países do mundo que tributa investimento. Ao construir uma fábrica, ao comprar bens de capital, a empresa paga ICMS embutido em tudo que a empresa adquira. Isso gera um crédito que lhe é devolvido em 48 parcelas sem juros ou correção monetária. Quer dizer, nem começou a produzir e ela já recolheu adiantado. O que se propõe? Quem investir até 31 de dezembro deste ano nesses setores estratégicos, que são os que geram mais empregos e pagam mais tributos, não precisam recolher ICMS para os bens de capital. Para citar um exemplo, a Usiminas deve investir em Cubatão quase dois bilhões de reais na antiga Cosipa. Vamos ter uma siderurgia das mais modernas do mundo para competir com produtos estrangeiros e será importante para a indústria do petróleo e gás da Bacia de Santos.

Essa desoneração inclui os setores que geram muito emprego, como a indústria de confecção e de sapatos. Serão 26 os setores inicialmente beneficiados pelo ICMS diferido. Essa desoneração gera renúncia fiscal e os critérios visam à eficiência dessa renúncia, isto é, o governo perde receita no primeiro momento, mas ganha no longo prazo, pois os setores beneficiados são os que mais pagam impostos. Outro critério é o da empregabilidade. Os setores beneficiados são os que mais geram empregos. Vai haver um tratamento especial para o petróleo e gás, pois se trata de uma indústria de cadeia muito longa, há muitas empresas ao longo da cadeia.

A mensagem é: venham investir em São Paulo que está desonerado de pagar tributos para bens de capital. É o diferimento do ICMS. O ideal seria todos os setores estarem incluídos, mas isso impacta o fluxo de caixa do governo. É uma renúncia fiscal muito alta. Vai se dar o primeiro passo para gradualmente desonerar o investimento no Estado.

Apoio à micro e pequena empresa

As compras governamentais até R\$ 80.000,00 está reservadas para micro e pequenas empresas.

Outra medida é a criação do **fundo de aval**. O que ocorre é que a pequena empresa tem crédito, mas não tem acesso por não ter garantias a dar. Com a aversão ao risco, ela não obtém o crédito. Com o fundo de aval, para as empresas com faturamento anual de até R\$ 2,4 milhões, é o governo que dá o aval. Se a empresa não pagou o empréstimo, o fundo paga e depois cobra do devedor. É um passo importante para garantir o

acesso ao crédito.

Outra medida é a **equalização da taxa de juros**. O governo paga uma parte da taxa de juros para reduzir os juros para as empresas. Quando o governo do Estado vendeu a Nossa Caixa, criou a Nossa Caixa Desenvolvimento, que é uma agência de fomento do Estado. Ela está instalada fisicamente na rua da Consolação, em São Paulo, e já começou a operar. Foram integralizados R\$ 200 milhões e vai chegar a R\$ 1 bilhão. A medida vai priorizar a pequena empresa com limite de faturamento anual de R\$ 100 mil, mas vai também atender a médias empresas. A Nossa Caixa Desenvolvimento vai ser o agente financeiro do BNDES. O BNDES não empresta diretamente, mas através de agentes financeiros. Como a rentabilidade é muito baixa e o agente financeiro assume todo o risco, nem sempre há o interesse do agente. Como a Nossa Caixa Desenvolvimento não visa ao lucro, vai trabalhar só com a agência central em São Paulo e vai usar as estruturas da Fiesp, Associações Comerciais, Faesp, etc., a rede do setor produtivo que já existe, ela vai funcionar como agente financeiro do BNDES. Vai trabalhar com 2,75 de custo, que somados ao Selic, deve dar cerca de 12% ao ano. Se for com a TJLP, cerca de 10%. A Nossa Caixa Desenvolvimento está liberando financiamento para automação comercial, compra de veículos utilitários com valores até R\$ 240 mil, aberturas de franquias, recebíveis do poder público e desconto de duplicatas.

Expansão do crédito

Acabamos de lançar o Funcet para projetos de inovação tecnológica. O fundo começou com R\$ 10 milhões e vai atender a projetos de no máximo R\$ 200 mil. Os juros a serem cobrados serão de 6% ao ano sem correção, custo praticamente zero, para financiar inovação tecnológica.

Os recursos do Banco do Povo, que é para o microcrédito, está passando de R\$ 76 milhões para R\$ 120 milhões por ano.

Geração de emprego e empreendedorismo

O Programa Microempreendedor Individual vai ter início em 1º de julho. É um programa de atração do empresário informal, que pagando R\$ 50,00 vai para a economia formal. É um esforço do governo para reduzir a informalidade.

Também temos a Bolsa de Qualificação. Quem perdeu o emprego vai ter uma bolsa enquanto estiver desempregado, desde que não esteja recebendo o seguro desemprego. Essa bolsa é para qualificar o desempregado para que ele possa voltar ao mercado de trabalho.

Infraestrutura

A Hidrovia Tietê-Paraná tem hoje 2.400 km de extensão. Temos plano de estendê-la no Estado.

Na malha ferroviária, está sendo feita modernização e melhoria dos ramos ferroviários no Vale do Ribeira, no ramal Nova Odessa-Piracicaba e na região de Ribeirão Preto e Sertãozinho. Outra obra que avança e está se preparando o edital é o Ferroanel, do tramo Sul para poder chegar ao Porto de Santos. O Porto de Santos representa 30% de todo o movimento de carga brasileiro, sendo o maior porto da América do Sul. Na Grande São Paulo, há o problema do uso comum da linha férrea pelos trens de passageiros e os trens de carga. Os trens da CPTM estão cada vez mais rápidos, transportando mais gente e não se pode mais compatibilizar com os trens de cargas que são mais longos e lentos. Para solucionar isso, há dois projetos. Um é o Mergulhão, na região da Barra Funda, em que serão construídos túneis de modo a ter linha própria para os trens de carga sem competir com o trem da CPTM. O outro é o tramo Sul do Ferroanel, que ficará ao lado do Rodoanel.

O transporte de passageiros por trilho na Região Metropolitana de São Paulo é de 5 milhões de passageiros por dia, sendo 2 milhões da CPTM e 3 milhões do Metrô. O edital do Expresso Aeroporto para o aeroporto de Guarulhos já saiu. Vai ser construído através de uma PPP (parceria público-privada) e vai ligar a Estação da Luz a Cubicba, aproveitando uma parte da malha existente e a construção de uma nova linha. Isso vai permitir que se faça o check-in na Estação da Luz.

No Metrô, está em obra a Linha 2-Verde, que está pronta até o Ipiranga. Está sendo prolongada até a Vila Prudente. Depois, vai se ligar à Estação Penha na Linha 3-Vermelha. A construção da Linha 4-Amarela está sendo feita através de PPP. Foi a primeira PPP assinada no Brasil e está trazendo R\$ 1 bilhão de investimento privado e será operada também pela iniciativa privada. Será uma linha muito importante, pois começa na Estação da Luz, integrando com a Linha 1-Azul, passa pela República, integrando com a Linha 3-Vermelha, passa pela Paulista, integrando com a Linha 2-Verde, em Pinheiros, integra com a CPTM, na Marginal do Pinheiros, vai atender a Cidade Universitária e passa ao lado do Estádio do Morumbi, fato importante para a Copa do Mundo de 2014.

Plataformas logísticas para intermodalidade

Um grande desafio nosso é a competitividade. Estamos precisando integrar os meios de transporte, hidrovia, ferrovias, rodovias, aeroportos e portos. Para isso são necessárias plataformas logísticas. O trecho Sul do Rodoanel vai ser entregue antes do fim de 2009. Isso vai melhorar muito a logística, já que sua construção e a adaptação das avenidas João XXIII e Jacu-Pêssego vão permitir a ligação do Aeroporto de Cumbica ao Porto de Santos por fora da cidade, enquanto não ficar pronto o trecho Leste do Rodoanel. Será um meio-anel fechado. Já está pronto o viaduto sobre a rodovia Ayrton Senna essencial para essa ligação. Também, já vai ser iniciada, por meio de concessão privada, o trecho Leste do Rodoanel, chegando à Ayrton Senna e à rodovia Presidente Dutra. Aí, vai faltar somente o trecho Norte, que fica para outra etapa.

Mais rodovias vão ser concedidas. Para o segundo semestre, está prevista a ligação do Planalto com o Litoral. A Rodovia dos Tamoios vai ser duplicada (São José dos Campos a Caraguatatuba), vão ser construídos o contorno de Caraguatatuba e o acesso ao Porto de São Sebastião. A rodovia Mogi-Bertioga (Mogi das Cruzes-Bertioga) vai ser ampliada com a duplicação entre a Ayrton Senna e a Presidente Dutra. A rodovia Osvaldo Cruz (Taubaté-Ubatuba) será duplicada no planalto, melhorada na descida da Serra do Mar e ampliada no litoral dentro do conceito estrada-parque. Tudo isso será concedido, melhorando o acesso ao Litoral Norte e se antecipando à extração de petróleo e gás da Bacia de Santos.

Na Baixada Santista, um dos problemas é a ligação Santos-Guarujá por balsa. Esse problema vai ser solucionado e há estudo em curso. Estuda-se a alternativa entre túnel sob o canal ou ponte, sendo essa a mais provável.

Sobre os aeroportos, os dois grandes aeroportos de São Paulo – Viracopos e Guarulhos – precisam ser ampliados com a construção da segunda pista em Viracopos e o terceiro terminal em Guarulhos. Também, temos que pensar no terceiro grande aeroporto. O Estado de São Paulo possui 31 aeroportos e pretende privatizá-los. Estamos estudando um modelo de concessão em que os aeroportos seriam juntados em cinco concessões. O primeiro grupo reuniria os aeroportos de Itanhaem, Ubatuba, Registro e Jundiaí, tendo como pólo o aeroporto de Jundiaí; no segundo,

PALESTRA DO SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO

Gostaria de manifestar minha absoluta surpresa e, ao mesmo tempo, o enorme entusiasmo que se apossou de mim quando da minha chegada a esta exposição a visita que fiz a diversos stands. Isso demonstra sem dúvida nenhuma o sucesso da abertura comercial iniciada anos atrás em 1990 e significa absoluta confiança dos parceiros comerciais de todas as partes do mundo em relação ao Brasil. Significa sobretudo o reconhecimento da capacidade do empreendedorismo e da coragem e da visão empresarial do brasileiro. Acho que hoje está muito difícil realizar uma exposição como esta em qualquer lugar do mundo. É um sinal positivo e acho que cabe a cada um de nós alimentar em nosso espírito a confiança no futuro do Brasil. Acho que estamos caminhando no rumo certo. Temos problemas, é verdade, alguns percalços, mas estamos muito próximos da porta de saída dessa crise que se abateu sobre o planeta que outros países que se julgavam melhores preparados que países como o Brasil, considerado economia emergente. Estamos pagando um preço alto, mas nada que se interponha à vontade, determinação, energia e coragem do empresariado brasileiro de enfrentar essa crise e demonstrar que ela é menor que nossa capacidade de vencer desafios.

Quero agradecer aos organizadores pelo convite que me foi formulado para participar deste 2º ELACOM e ter esta conversa tratando de ações governamentais anticrise para o setor mineral brasileiro.

Fazendo uma rápida recapitulação, gostaria de explicar que, quando houve a transição democrática, deu-se muita importância ao campo político. Tivemos que reconstruir as diversas instâncias de poder nos novos moldes da democracia. Isso tomou muito do nosso tempo e da energia produtiva dos brasileiros, sobretudo das lideranças. No segundo momento, depois de encaminhada a solução política do processo de transição, quando foram abertas as cortinas, deparamos com um quadro de economia fechada, acanhada, com complexo de inferioridade, com medo de competir, ou seja, uma economia que se parecia a um barco amarrado no porto e que se negava a desemarrar essas cordas e se levar ao alto-mar em busca de novos mercados e novos desafios.

Coube a mim, como presidente da República, com a ajuda de vários dos senhores promover essa grande abertura que foi feita nos anos 90, desemarrar esse barco. Fomos de forma corajosa, intrépida, saber

agrupam-se Franca, Barretos, São Carlos e Ribeirão Preto, com Ribeirão como pólo; no terceiro, Votuporanga, Andradina, Araçatuba, Penápolis e São José do Rio Preto, sendo Rio Preto o pólo; quarto, os da região de Presidente Prudente, tendo este como pólo; e quinto, Arealva-Bauru, o grande aeroporto central do Estado. O intuito é trazer mais investimento para os aeroportos poderem crescer e ter terminais alfandegários, principalmente para carga.

Na intermodalidade devem ser incluídos também os dutos. Não tem sentido trazer etanol para o porto por caminhões. Uma rede de dutos vai ser construída pela Petrobras e pela iniciativa privada, chegando aos portos, principalmente ao Porto de São Sebastião. No porto, seis terminais estão sendo preparados para licitação para concessão privada: de granel líquido; granel sólido; de containers; dois terminais de apoio marítimo a petróleo e gás; e de roll-off para veículos. O porto tem calado natural de 14 metros e pode receber grandes navios. O entrave é não haver ferrovia, mas dá para melhorar muito com baixo custo.

Gostaria de agradecer o convite para fazer esta exposição e reafirmo o compromisso de São Paulo pelo desenvolvimento. Chamo a atenção para a produção de petróleo e gás da Bacia de Santos. Vamos ter investimentos gigantescos. Só para se ter uma idéia, o Estado consome hoje 17 mil metros cúbicos de gás natural, sendo que 90% vêm da Bolívia. Para a substituição pelo gás produzido no Brasil, prevê-se a construção em Caraguatatuba de polidutos que provavelmente vão subir para o Planalto a partir da Fazenda dos Ingleses. Os polidutos, que vão transportar gás, petróleo, etanol, vão para a Revap em São José dos Campos e também vão se ligar ao gasoduto Rio-São Paulo. Outro ramal vai para Cubatão, para a Refinaria de Cubatão. Isso vai exigir a instalação de indústrias ligadas a petróleo e gás, indústria naval. Já falei do investimento da Usiminas, R\$ 2 bilhões, na Cosipa, para atender a essa demanda. Os benefícios não vão se restringir ao litoral, já que a indústria metal-mecânica está espalhada por todo o Estado. Vai haver um novo ciclo de desenvolvimento.

Nosso desafio são o emprego e a renda e isso depende dos empreendedores que precisam de estímulos. O país precisa criar condições, incentivar o empreendedorismo e atividades de gerem emprego e renda.

o que nos esperava nesse novo mundo que se iniciava após a queda do Muro de Berlin e da dissolução da União Soviética. Tivemos vários exemplos de que com vontade política, determinação e coragem consegue-se realizar o mais longínquo dos nossos sonhos. E meu sonho era o de ter um Brasil em que pudéssemos fazer parte, de forma ativa, desse cenário internacional, de não nos sentirmos informais dentro da economia mundial; de nos formalizarmos como cidadãos brasileiros que, ao viajar ao exterior, não precisasse comprar dólares no câmbio negro e que, ao chegar ao hotel e ser pedido seu cartão de crédito, tivesse que dizer que não tinha, colocando-se na condição de cidadãos de uma classe inferior; de possibilitar ao consumidor brasileiro acesso a produtos de boa qualidade sem que nos fossem impostos aqueles de baixa qualidade e alto preço que era o que tínhamos.

Uma referência, que pode ser extensiva a outros setores, mas que ficou marcado por causa de um debate que travei, em Bonn, Alemanha, com presidentes de multinacionais com interesses no Brasil. Um deles começou a criticar o programa de governo que estava ali apresentando antes de minha posse. Ele me fez uma pergunta em tom jocoso, provavelmente por se sentir confortável, já que meu ex-sogro tinha participação acionária de 20% na filial brasileira de sua empresa. Não me agradou a pergunta, porque colocava em dúvida que implementaria aquele plano, principalmente o da abertura comercial. Disse-lhe que, antes de duvidar do que eu afirmava, ele começasse a fabricar no Brasil carros verdadeiros, não carroças, porque o que ele fabricava eram verdadeiras carroças. Então, para citar um exemplo do que significou esse programa de abertura no setor automobilístico, tínhamos então quatro montadoras que ofereciam 25 modelos de carros. Hoje temos mais de 30 montadoras que oferecem cerca de 400 modelos. Isso demonstra que foi acertada a decisão. Não foi uma decisão fácil, pois contrariou interesses poderosíssimos, porque tivemos que mexer na reserva de mercado automobilístico, da informática, do cinema, da petroquímica, da telecomunicação, e, em cada um daqueles setores, vocês podem imaginar, os desagrados quando tiveram que sair da letargia que se encontravam de poder impor seus preços, bastando para isso conversar com o CIP (Conselho Interministerial de Preços) e outras poucas instâncias governamentais, para de fato competir com outros produtores.

Esse foi o cenário que deixei, quando meu mandato foi interrompido pelo impedimento político da Câmara dos Deputados e do Senado da República que me tirou da vida pública durante oito anos. Por uma das

ironias do destino, eu hoje estou fazendo parte da mesma Casa que me tirou os direitos políticos. E lá estou, com muita satisfação e orgulho, esperando de alguma forma contribuir com a experiência adquirida e com a perspectiva que tenho do mundo para contribuir para o melhor nível dos debates e colaborar de alguma forma com o governo do presidente Lula que vem adotando agenda muito própria para todos aqueles que desejam o desenvolvimento econômico.

Na Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, da qual hoje sou o presidente, estamos realizando uma série de debates e audiências públicas tratando de assuntos de infraestrutura que dizem respeito diretamente aos senhores. Antes da palestra, estava falando com o presidente do Ibram, Dr. Paulo Camillo, e solicitei a participação do setor mineral, para que possamos, em setembro e outubro, realizar um ciclo de debates, tendo como palestrantes integrantes da iniciativa privada para trazer a visão do outro lado do balcão. Os integrantes do governo são sempre chamados a debater a visão do governo sobre vários assuntos, mas é importante que ouçamos as palavras e a visão dos senhores, o que esperam e necessitam para melhorar sua eficiência e não ter em seu caminho tantos empecilhos e dificuldades que essa praga que se chama burocracia coloca diante de nós, dificultando o desenvolvimento do nosso trabalho.

Nós estamos vendo hoje essas medidas econômicas que todos conhecem e estou muito confiante em relação à saída bem próxima da crise. O governo sozinho não pode fazer muita coisa, se não houver a participação, a parceria e a confiança do setor privado. Por isso, julgo que o PAC é um programa de maior importância para o país, não só pelas obras, mas sobretudo pelo fator psicológico que significou o governo sair na frente, levantar essa bandeira e ser o fator indutor de um processo, até pelo poder de imantação que isso causa, de levar a iniciativa privada a acreditar.

Estamos com o programa, apesar das críticas que lhe são feitas, críticas injustas em relação ao andamento das obras, indo bem. É claro que no início o programa não deslanchou. Saímos de um estado de letargia para a instalação de diversos canteiros para a consecução dos objetivos do PAC. Essa fase inicial demora, como muito bem sabem os senhores, mas a partir das bases estarem lançadas começaremos a erigir. É impossível que os resultados acontecessem de forma rápida. O fato é que hoje mais de 15% das obras foram concluídas, 62,9% estão em andamento e 20% ainda estão com dificuldades de serem iniciadas por problemas ligados ou por problemas ligados ao licenciamento ou por ações do Ministério Público, que são entraves que estamos procurando remover na medida do possível, porque não queremos priorizar o desenvolvimento econômico às custas do meio ambiente.

Ao contrário, é perfeitamente possível conciliar desenvolvimento com consciência ambiental. O que não pode ocorrer é um dos braços dessa balança ter maior peso. Mas, devido ao intrincado de leis ambientais que o Brasil possui, é muito difícil iniciar qualquer tipo de obra sem que sejam exigidas as licenças de órgãos que estão superpostos e, muitas vezes, não sabemos a que nos dirigir. Quando conseguimos o último documento exigido, a primeira licença já caducou temos que refazer todo esse caminho penoso.

Estamos tentando retirar esses entraves e quando se fala em atraso, ele ocorre em obras de saneamento e de habitação. Na habitação, porque inicialmente essas obras – de construir um milhão de casas em dois anos como otimisticamente o presidente anunciou (acredito que levará de três a quatro anos para construir, mas temos que iniciar) – esse programa “Minha casa, minha vida” não estava originalmente no programa do governo. O item saneamento, porque não estávamos preparados para obras de saneamento. Infelizmente, as administrações públicas são sempre levadas a obras visíveis, dentro do conceito errado de que as visíveis são mais importantes e se esquecem das obras de saneamento e a consequência é a poluição. Agora mesmo, esteve aqui o ex-governador Geraldo Alckmin que fez essa grande obra na calha do rio Tietê. Mas não é só a despoluição dos rios, mas também temos a necessidade de colocar filtros nas indústrias impedindo que os dejetos cheguem a eles.

Portanto, com a exceção das obras de saneamento e de habitação, que têm ainda o complicador de que deve haver a participação dos estados e municípios, sendo que muitos tinham dificuldades para obter certidões negativas (Essas exigências foram retiradas para que o processo andasse mais rápido.), o PAC está indo muito bem e acredito que, com o esforço que está sendo despendido pelo presidente e pela ministra-chefe da Casa Civil, que coordena o programa, haveremos de colher muitos e bons resultados e incentivamos a iniciativa privada para a participação.

Gostaria de passar alguns pontos para entrar diretamente na questão que nos traz hoje aqui, tratar do setor mineral. Temos a reforma do Código de Mineração que tem suscitado muitas preocupações. Estivemos

semanas atrás na sede do Ibram em Brasília e pudemos debater alguns pontos. No que se refere ao planejamento estratégico dos planos de investimentos, vai haver grandes progressos no Código de Mineração. À semelhança do que já existe no setor elétrico, com o Conselho Nacional de Política Energética, pretende-se instituir o Conselho Nacional de Geologia e Mineração, integrado por ministros para debater políticas públicas e traçar diretrizes para o setor. Outras medidas previstas são: fazer um plano decenal ou duodecenal com cenários de oferta e demanda para o período; indicação de novas áreas de exploração que será elaborado após a conclusão de 84 estudos técnicos encomendados a universidades e consultorias que deverão avaliar a situação das jazidas; estuda-se também a mudança do mecanismo de distribuição dos alvarás de pesquisa e concessões de lavra, sendo uma das possibilidades estabelecer processo de seleção para a fase de prospecção e de licitação pública para a lavra, uma vez comprovadas as reservas para a atividade exploratória.

A mudança é polêmica, mas, se mirarmos na limitação do critério de prioridade na extração para quem inicia as pesquisas, pode-se chegar a um resultado indesejado, qual seja, inibir o incentivo de pesquisar. Por outro lado, detecta-se a falta de adequação dos atuais instrumentos de controle, a estratificação do setor. Desafortunadamente, são tratados de forma homogênea grandes e pequenas empresas. O rigor das exigências ambientais não poupa nem grandes nem pequenos, muitas vezes desprezando as mais elementares características da vida cotidiana.

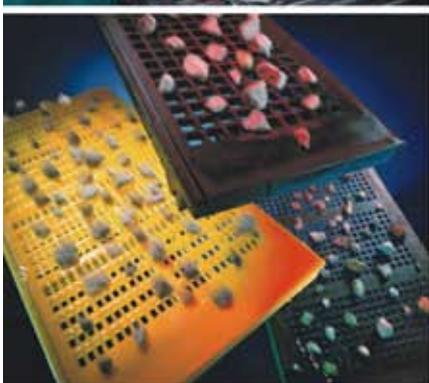
Quero dar o exemplo do calcário, cuja aplicação se estende por toda a cadeia da construção civil – fabricação de cimento, vidro, cal, agregados – e por outros setores como papel, açúcar, correativo de solo, metalurgia, indústria química. Sua extração é inibida pela existência de cavidades naturais. O esforço para conservar as cavernas deve incorporar também a dimensão utilitária que a extração do calcário proporciona. Não são todas as cavernas que têm valor histórico ou ambiental e o setor não pode ficar restringido como hoje se encontra.

Outra lacuna que chama a atenção é a inexistência de um instrumento que faça com que o título minerário funcione como garantia para se obter financiamentos para a exploração das minas. Quando presidente da República, determinei para a agricultura que o Banco do Brasil fizesse empréstimos baseados no produto a ser recolhido e com o preço mínimo garantido pelo governo federal. Se, no intervalo entre o empréstimo e a colheita, houvesse queda de preço e o que se colheu não desse para pagar o valor contraído, isso seria coberto pelo governo e o produto colhido iria para o estoque regulador. É mais ou menos isso que deve ser feito, sendo que o título de lavra sirva de garantia para o empréstimo.

Por sua vez, o segmento dos agregados minerais para a construção civil vem demandando, devido ao incremento do setor nos últimos anos, um aperfeiçoamento na etapa de comercialização. De forma obsoleta, esses insumos básicos e praticamente insubstituíveis na vida de todos nós, pois integram o dia-a-dia da população, são comercializados pelo sistema volumétrico, o que acarreta distorções. As interações físico-químicas podem alterar a transparência das operações de compra e venda, trazendo dúvidas sobre a idoneidade de uma das partes. O que se pretende é seguir o padrão internacional mundialmente aceito e perfeitamente exequível que é a venda a peso, o que impede qualquer subjetividade sobre a falta de lisura.

A minha visão sobre obras rodoviárias, energia, logística, aparelhamento e ampliação dos portos, ferrovias, hidrovias, construção e remodelação dos aeroportos e grandes programas habitacionais e até as obras para a realização da Copa do Mundo de 2014 é que elas constituem uma estratégia ao mesmo tempo econômica, social e política. Coloquei-me no início desta palestra à disposição dos setores da construção civil e da mineração para fazermos um debate sobre esses pontos e elucidar pontos que ainda não estão muito claros. Acredito que por meio da Comissão de Infraestrutura do Senado da República nós possamos ajudar a retirar esses gargalos que impedem hoje seu desenvolvimento. Gostaria de lembrar que a agenda da Comissão para as audiências de agosto e de setembro está completa. Como disse a função dessas audiências é contrapor a visão do empresariado e a visão oficial. Em agosto e setembro, vários segmentos da economia estarão participando dos debates. Em outubro e novembro, gostaria de montar com o apoio do Ibram e da Fiesp outro pacote de debates. Fiquei sabendo que um grande evento, o Construbusiness, ocorrerá no final de agosto. Espero que os resultados desse evento possam ser levados à Comissão de Infraestrutura. Talvez, podemos encontrar um espaço na agenda ainda em setembro para não perdermos o que foi levantado no calor dos debates.

Muito obrigado pelo convite para hoje estar aqui presente. ■



Confiabilidade, produtividade e desempenho

O grupo de Tecnologia de Processos e Inovação da Metso trabalha na definição e implementação de estratégias de integração, otimização, operação e controle para minimizar os custos operacionais de mina a usina e maximizar a produtividade de toda a operação.

Além disso, temos uma equipe de Serviços que oferece a melhor solução em reparos, manutenção preventiva, disponibilidade de peças de reposição, inspeções, assistência operacional, otimização de processos e aumento de capacidade.

Entregar resultados, superar expectativas, este é o papel da Metso: oferecer soluções inteligentes através do comprometimento com seus clientes e a sociedade.

Metso Brasil Ind. e Com. Ltda, fone +15 2102 1300, www.metso.com.br

Experimente o Progresso.

Experimente o Progresso com a Liebherr: As carregadeiras impressionam pela performance em todas as condições operacionais, com baixíssimo consumo de combustível, resultando em maior economia e mínimo impacto ambiental. Tecnologia avançada é o nosso negócio.



Liebherr Brasil Guindastes e Máquinas
Operatrizes Ltda.
Rua Dr. Hans Liebherr, no. 1 - Vila Bela
CEP 12522 - 635 Guaratinguetá, SP
Tel.: (012) 31 28 42 42, Fax: (012) 31 28 42 43
www.liebherr.com

LIEBHERR
The Group